

As informações declaradas pelo agente municipal possuem FÉ PÚBLICA e constituem registros administrativos dos sistemas de informações do SUAS, ficando os informantes sujeitos à responsabilização no caso de prestação de informações inverídicas.



CENSO SUAS 2012

MANUAL GESTÃO MUNICIPAL

Secretarias Municipais de Assistência Social

RECOMENDAMOS A LEITURA DO MANUAL PARA O CORRETO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

O questionário eletrônico da Gestão Municipal deverá ser preenchido pelos municípios no período de **1 a 30 de novembro**.

Os questionários devem sempre ser preenchidos primeiramente em papel. Dessa maneira, assegura-se que no momento de inserir os dados no sistema eletrônico todas as informações necessárias já tenham sido coletadas e validadas pelos responsáveis. Caso o município tenha alguma dúvida e/ou necessite de algum apoio ou esclarecimento, ele deverá entrar em contato com a respectiva Secretaria Estadual ou, se necessário, contatar o MDS por meio do e-mail vigilanciasocial@mds.gov.br, ou pelos telefones 61 3433-8650 / 8651 / 8886, ou ainda pelo 0800 707 2003.

O questionário em papel, assinado pelo agente público responsável pelas informações prestadas, deverá ser arquivado pelo município. Para envio das informações ao MDS, as respostas deste questionário deverão ser fielmente digitadas no sistema eletrônico no endereço <http://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/censosuas>. O MDS recebe as informações do Censo SUAS **exclusivamente pelo sistema eletrônico**.

Senha de Acesso para preenchimento do questionário eletrônico

Para preenchimento do questionário eletrônico do CENSO SUAS 2012 os responsáveis necessitarão utilizar o *login* e a senha de acesso aos sistemas da Rede SUAS, devendo possuir o perfil de acesso ao CADSUAS (cadsuas.município). Problemas relativos à senha de acesso poderão ser solucionados, exclusivamente, pelo telefone 0800 707 2003.

ACESSO AO CENSO SUAS 2012 – GESTÃO MUNICIPAL

Antes da apresentação das questões do Censo SUAS 2012 – GESTÃO MUNICIPAL faz-se necessário incluir um pequeno tutorial sobre o acesso ao sistema de preenchimento do Censo SUAS 2012.

Passo 1 – Digite o endereço <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas> na barra de endereços do navegador de sua preferência (Internet Explorer, Mozilla Firefox, etc.).

Será exibida a página inicial do Censo SUAS 2012, a qual contém algumas orientações sobre o acesso ao sistema.

Passo 2 – os responsáveis necessitarão utilizar o login e a senha de acesso aos sistemas da Rede SUAS, devendo possuir o perfil de acesso ao CADSUAS (cadsuas.municipio).

Passo 3 – Selecione o questionário GESTÃO MUNICIPAL e, em seguida, clique em Preencher Questionário e inicie o registro das informações.

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR

CASO SEJA NECESSÁRIO ATUALIZAR ESTES DADOS, ATUALIZE NO CADSUAS

Nome que identifica o órgão gestor: _____

O nome que identifica o órgão gestor é a denominação atribuída à Secretaria Municipal a fim de melhor identificá-la. Ex. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Atenção! Evitar abreviações.

Tipo de Logradouro (avenida, rua, etc): (Selecionar o tipo)

Informar a identificação do endereço ex. rua, avenida, praça, quadra, etc. onde se situa a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congêneres.

Endereço: _____ **Número:** _____

Informar o nome da rua, avenida, praça, quadra, etc. e em seguida o número do local onde se situa a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congêneres.

Atenção! Evitar abreviações.

Complemento: _____

O complemento se refere a alguma informação adicional relativa ao endereço, que seja importante informar para melhor localização.

Atenção! Caso não possua nenhuma informação adicional, deixar o item em branco.

Evitar abreviações.

Bairro: _____

Informe o bairro, sem abreviações, no qual está situada a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Ponto de Referência: (Caixa com campo texto)

Ponto de referência é um ponto conhecido/estratégico (ex: igreja, comércio, praça, etc) que pode facilitar encontrar o endereço mais facilmente. Ex. Secretaria situada na Praça da Igreja da Matriz.

CEP: _____

Informe o Código de Endereçamento Postal da Secretaria Municipal de Assistência Social, no seguinte formato nn.nnn-
nnn (70.788-090, por exemplo).

Município: (preenchimento automático)

Informe o município no qual está situada a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congêneres.

UF: (preenchimento automático)

Selecione a unidade da federação na qual se situa a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congêneres.

E-mail: _____

Informe o endereço eletrônico da Secretaria Municipal de Assistência Social. Se a Secretaria não possuir um endereço eletrônico, informe o e-mail da Prefeitura Municipal. O e-mail informado deve ser institucional. Apenas na ausência deste pode ser informado e-mail particular.

Sítio: _____

Sítio eletrônico (português) ou site (inglês) é a página da web na internet do órgão gestor. Ex. www.sas.mg.gov.br

DDD – Telefone: |_|_|- |_|_|_|_|_|_|_|_|_| **Ramal:** |_|_|_|_|_|

Informe o número do telefone da Secretaria Municipal, no seguinte formato: DDD com 02 (dois) dígitos e número do telefone com 08 (oito) dígitos e ramal se houver. Por exemplo: (61) 3433-4444 ramal 238. No caso do Município de São Paulo (DDD 011) o campo do número do telefone é com 09 (nove) dígitos.

Caso a Secretaria Municipal de Assistência não tenha telefone, informe o da Prefeitura Municipal.

Fax: |_|_|_|_|_|_|_|_|_|

Informe o número do FAX da Secretaria Municipal se houver, no seguinte formato: número com 08 (oito) dígitos. Por exemplo: 3433-8888. O mesmo ocorrerá no número de FAX no Município de São Paulo.

Caso a Secretaria Municipal de Assistência não tenha telefone, informe o da Prefeitura Municipal.

BLOCO 2 – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

1. De acordo com a estrutura administrativa do município o órgão gestor da assistência social caracteriza-se como: (resposta única).

Para responder este item considere as definições abaixo:

Sobre a gestão da assistência social, considere a gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme CF/88, LOAS/93, PNAS/2004 e normativas consoantes.

Secretaria municipal exclusiva da área de Assistência Social (pule para a questão 3).

Refere-se ao órgão gestor que coordena, formula e executa exclusivamente a política de assistência social, não sendo responsável pela coordenação, formulação ou execução de outras políticas setoriais, não estando, portanto, nem associada, nem subordinada à outra política setorial. Neste caso, o órgão gestor municipal não necessita, necessariamente, ter a denominação de “Secretaria Municipal”, mas deve ter o “status” de órgão da administração pública municipal de mesmo nível hierárquico das demais políticas setoriais, tais como: saúde, educação, habitação, planejamento, etc.

Portanto, o órgão gestor municipal da assistência social trata isoladamente da assistência social.

Caso o órgão gestor da assistência social do município não tenha a nomenclatura de secretaria, mas é do mesmo nível hierárquico das demais políticas setoriais dentro da estrutura administrativa do município pode ser marcada esta opção. Atenção! Neste caso nenhum órgão da administração direta do município terá a nomenclatura de “Secretaria”.

Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais

Refere-se ao órgão gestor que é responsável pela coordenação, formulação e execução da política de assistência social bem como de outras políticas, tais como trabalho, saúde, educação, segurança alimentar, entre outras. Para marcar esta opção o respondente deve avaliar se o órgão gestor da assistência social do município atua com outra política setorial, por exemplo, saúde ou educação, mas não está subordinado a esta política. Ambos os setores de governo atuam em conjunto, mas não subordinados um ao outro.

Fundação Pública (pule para a questão 3).

O órgão gestor é uma fundação pública, ou órgão da administração indireta do município/DF. As fundações públicas são órgãos da administração indireta, com personalidade jurídica, vinculadas ao poder público. São criadas por meio de lei específica e regulamentadas por decreto do executivo. As fundações públicas possuem autonomia administrativa, patrimônio próprio, e funcionamento custeado, principalmente, por recursos do poder público, ainda que sob a forma de prestação de serviço.

Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo (pule para a questão 3).

O órgão gestor da assistência social encontra-se diretamente subordinado à chefia do executivo, prefeitura, não se constituindo em uma Secretaria autônoma. Para marcar esta opção o respondente deve avaliar se o órgão gestor da assistência social do município possui “status” de Secretaria, de mesmo nível hierárquico dos órgãos gestores das demais políticas setoriais do município (Ex. saúde, educação, habitação, planejamento, finanças, etc).

Portanto, marcar esta opção quando o órgão gestor da assistência social é parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou a instância de assessoramento do executivo.

Setor subordinado a outra secretaria

O órgão gestor da assistência social compõe de forma subordinada a estrutura organizacional de outra Secretaria, sendo, por exemplo, uma Subsecretaria, ou Departamento, ou Gerência, etc. Nesta opção deve-se levar em conta se o órgão gestor da assistência social tem “status” ou não de Secretaria. Se o órgão gestor da assistência social não possui “status” de Secretaria e atua em conjunto com outra política setorial, por exemplo, educação, saúde, habitação, de forma subordinada deve ser marcada esta opção. Portanto, marcar esta opção quando o órgão gestor da assistência social é parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a uma secretaria diversa da assistência social.

2. A que secretaria ou setor a assistência social está associada ou subordinada? (admite múltiplas respostas)

Informar a qual secretaria/pasta ou setor o órgão gestor da assistência social está vinculado ou subordinado. Caso a secretaria esteja responsável pela formulação e execução de mais de uma política ou setor além da assistência social ou se a Secretaria é uma Subsecretaria ou Departamento de outro setor público.

Educação. Planejamento. Saúde. Habitação. Segurança Alimentar.

Trabalho. Direitos Humanos. Outra. Qual? _____.

3. Indique se as áreas abaixo estão constituídas como subdivisões administrativas (departamentos, coordenações) na estrutura do órgão gestor?

De acordo com as áreas listadas (Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão Financeira e Orçamentária, Gestão do Bolsa Família, Gestão de Benefícios Assistenciais (BPC), Gestão do SUAS, Gestão do Trabalho, Vigilância Social, Monitoramento e Avaliação), informar se as mesmas constituem subdivisões administrativas do órgão gestor, como departamentos, diretorias, gerências, coordenações, etc:

Sim, na estrutura formal do órgão gestor:

Refere-se à existência da área em questão constituída como subdivisão administrativa (departamento, diretoria, gerência, coordenação, etc), na estrutura formal do órgão gestor, descrita em instrumento normativo, tais como, lei, decreto, portaria ou congêneres que publica a estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

Sim, de maneira informal

Refere-se à existência administrativa da área em questão no órgão gestor, por exemplo, com presença de gerência, coordenação, etc, mas não de maneira oficializada em instrumentos normativos, como estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

Não constituída.

Não existe no órgão gestor o setor administrativo que esteja responsável especificamente por aquela área em questão.

Área	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída
Proteção Social Básica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Proteção Social Especial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão Financeira e Orçamentária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão do Bolsa Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão de Benefícios Assistenciais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão do SUAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão do Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vigilância Social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Monitoramento e Avaliação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. A gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), no município, é realizado pelo órgão gestor da Assistência Social?

Cadastramento único para os programas sociais do Governo Federal (instituído pelo Decreto nº 3.877 de junho de 2001) Este cadastro permite a racionalização do processo de cadastramento de beneficiários pelos diversos órgãos públicos, de forma a garantir a unicidade e a integração do cadastro, no âmbito de todos os programas de transferência de renda.

Sim (pule para a questão 6).

Marque sim para o caso em que o órgão gestor da assistência social seja o responsável por garantir a estrutura necessária para o cadastramento das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Não

Não é o órgão gestor da assistência social que realiza o cadastro das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

5. Caso não, qual o órgão responsável pelo cadastramento único para os programas sociais do governo federal?

Em caso de resposta negativa à pergunta 4, indique qual é o órgão responsável pelas atividades de gestão do Cadastro Único acima descritas:

Educação

Indique esta opção caso seja a Secretaria Municipal de Educação que efetua o cadastro das famílias no Sistema CadÚnico.

Saúde.

Indique esta opção caso seja a Secretaria Municipal de Saúde que efetua o cadastro das famílias no Sistema CadÚnico

Outro. Qual? _____.

Em caso de outra Secretaria ou órgão gestor, indicar qual.

6. O órgão gestor da Assistência Social é responsável pela política de segurança alimentar e nutricional no município?

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano e, segundo a [Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional](#) (Losan), cabe ao poder público assegurá-lo. Para garantir a segurança alimentar e nutricional, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) adota políticas de ampliação do acesso aos alimentos, combinando programas e ações de apoio à agricultura tradicional e familiar de base agroecológica e cooperativa, além da implantação de uma ampla Rede de Segurança Alimentar e Nutricional. Dentro desse propósito, as políticas públicas garantem o acesso regular e permanente a alimentos (inclusive a água) de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável. Essas políticas estão voltadas a todos os cidadãos, particularmente a população em situação de vulnerabilidade social e os povos e comunidades tradicionais.

Informar se o órgão gestor da Assistência Social do município é o responsável pela política de segurança alimentar e nutricional.

Sim

Não

7. O município possui Conselho Municipal de Assistência Social?

Sim

Informe se o município possui o Conselho Municipal de Assistência Social, que de acordo com a LOAS, artigo 16, é uma instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. A Resolução nº 237, de 14 de Dezembro de 2006, do CNAS, estabelece diretrizes para a estruturação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social.

Assim, o Conselho Municipal da Assistência Social é um órgão de caráter consultivo, deliberativo, e de assessoramento, formado por representantes do governo municipal e da sociedade civil, com atribuições específicas relacionadas à assistência social;

Não

Significa que o Conselho Municipal de Assistência Social não está em funcionamento no município.

8. Qual é a “Instância de Controle Social – ICS” do Programa Bolsa Família (PBF) no município?

A instância de Controle Social do Programa Bolsa Família é formada por membros da sociedade civil e do governo local e tem a atribuição de acompanhamento, monitoramento e fiscalização do Programa Bolsa Família. Esta instância pode ser procurada quando houver dúvidas sobre o Programa ou para receber reclamações e denúncias.

Indicar qual é a instância no município que desempenha essas atividades:

O próprio Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), ou comissão permanente do CMAS.

Indique esta opção para os casos em que não há outra instância de controle social além do Conselho Municipal de Assistência Social, para, dentre suas atribuições, realizar o acompanhamento, fiscalização, monitoramento do Programa Bolsa Família, podendo receber reclamações e denúncias a respeito do Programa.

Instância/comitê exclusivo do Programa Bolsa Família (PBF).

Indique esta opção caso o município tenha instituído uma Instância de Controle Social exclusiva para o acompanhamento, monitoramento e fiscalização do Programa Bolsa Família.

Conselho de outra Política.

Indique esta opção caso o acompanhamento, monitoramento, fiscalização do Programa Bolsa Família seja feito por Conselho ou Instância de controle social de outra política que não aquela da Assistência Social.

9. Informe a existência e vinculação administrativa dos demais Conselhos Municipais abaixo relacionados:

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

A Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA institui mecanismos para a garantia, promoção e defesa dos direitos das crianças, adolescentes e jovens e a criação de instrumentos de controle e participação social, como a criação dos Conselhos Municipais de Direitos e dos Conselhos Tutelares.

Conselho Municipal de Direito do Idoso

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso tem por finalidade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, criando condições para promover sua integração e participação efetiva na sociedade, de conformidade ao determinado na Lei Federal nº. 10.741/03

Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência

O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência é o órgão de representação das pessoas com deficiência com a função de elaborar, encaminhar e acompanhar a implementação de políticas públicas de interesse do deficiente.

Conselho Municipal de Direitos da Mulher

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é um órgão consultivo e deliberativo com a finalidade de formular diretrizes, programas e políticas públicas relacionadas com a promoção da melhoria das condições de vida das mulheres e a eliminação de todas de discriminação e violência contra as mesmas, de modo a assegura-lhes plena participação e igualdade nos planos político, econômico, social, cultural e jurídico da sociedade.

Para cada conselho acima mencionado o órgão gestor municipal deverá informar:

Existe no Município?

Sim Não

Caso Exista, é vinculado administrativamente ao Órgão Gestor de Assistência Social?

Sim Não

10. Existe Conselho Tutelar no município?:

O **Conselho Tutelar** é um órgão permanente, autônomo, não jurisdicional (não julga, não faz parte do judiciário, não aplica medidas judiciais) e é encarregado pela garantia de direitos da criança e do adolescente. Caso exista no município, informe sim. Caso contrário, além de informar pule para a questão 14.

Sim Não (pule para a questão 14)

11. Caso sim, informe:

11.1 Quantidade de Conselhos Tutelares existentes no município

Marque no formato numérico de dois dígitos (99) o número total de conselhos tutelares existentes no municípios.

Caso não exista conselho tutelar no município preencha o campo com o número "0" (zero).

Conselhos Tutelares

11.2 Quantidade Total de Conselheiros

Marque no formato numérico de três dígitos (999) o número de conselheiros existentes no município. Caso haja mais de um conselho tutelar no município some os conselheiros de todos os conselhos tutelares existentes e informe o número total.

Caso não exista conselho tutelar no município preencha o campo com o número "0" (zero).

Conselheiros

12. O Conselho Tutelar é vinculado administrativamente ao Órgão Gestor de Assistência Social?

Caso o(s) conselho(s) tutelar(es) seja(m) vinculado administrativamente ao órgão gestor da Assistência Social marque a opção **sim** abaixo.

Na ocorrência de ser vinculado a outras estruturas da administração municipal, marque **não**.

Sim **Não**

13. Informe o Endereço do(s) Conselhos Tutelares existentes no município:

Para cada conselho tutelar existente no município, o órgão gestor deverá informar o endereço dele no detalhamento solicitado abaixo. Caso exista mais de dois conselhos tutelares poderá ser utilizado a folha anexa no fim do questionário, obedecendo sempre a necessidade de preenchimento dos campos solicitados

Conselho Tutelar (1)

Informe o Tipo de Logradouro (rua, avenida, praça, rodovia etc) _____	
Endereço (nome da rua, da avenida etc): _____	
Número: _____	Complemento: _____
Bairro: _____	
CEP: _ _ _ _ _ - _ _ _ _	Município _____ UF: _____
E-mail: _____	DDD – Telefone: _ _ - _ _ _ _ _ _ _ _ _

Conselho Tutelar (2)

Informe o Tipo de Logradouro (rua, avenida, praça, rodovia etc) _____	
Endereço (nome da rua, da avenida etc): _____	
Número: _____	Complemento: _____
Bairro: _____	
CEP: _ _ _ _ _ - _ _ _ _	Município _____ UF: _____
E-mail: _____	DDD – Telefone: _ _ - _ _ _ _ _ _ _ _ _

* Caso existam mais de 2 (dois) Conselhos Tutelares no município, utilize a folha anexa no fim do questionário.

BLOCO 3 – GESTÃO DO SUAS

14. Existe Lei Municipal de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS?

Existindo no município um marco regulatório legal do SUAS aprovado na Câmara Municipal, marque a opção **Sim**.

Caso negativo, ou mesmo, que ainda esteja em tramitação uma proposta de lei municipal neste sentido, mas ainda não aprovada e sancionada, marque a opção **não** e pule para a questão 16.

Sim **Não (pule para a questão 16)**

15. De que ano é esta lei?

Caso o órgão gestor tenha informado **Sim** na questão anterior, deve ser informado o ano de publicação dessa Lei. caso tenha havido atualização na lei de regulamentação do SUAS, informe o ano da última atualização.

Informar o ano, no formato “aaaa”.

|_|_|_|_|.

16. Existe alguma parceria entre a Secretaria de Assistência Social e o Ministério Público ou Poder Judiciário ou Defensoria Pública?

A atuação em parceria entre a Secretaria de Assistência Social e um dos outros entes públicos citados (o Ministério Público, o Poder Judiciário e a Defensoria), pode ser formalizada, mediante **assinatura de convênio ou acordo de cooperação**, ou informal, mediante acordo entre as partes com definição de atribuições, mas sem assinatura de **documento específico que formalize essa relação**. Na ocorrência de uma dessas situações marque a opção **Sim**.

Sim

Não

17. O município possui Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social?

O **plano de assistência social** consiste num instrumento de planejamento estratégico que norteia a execução da PNAS/2004, cuja elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, com a devida aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, e contém os objetivos gerais e específicos, as diretrizes e prioridades deliberadas, as ações e estratégias correspondentes para sua implementação, as metas estabelecidas, os resultados e impactos esperados, os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários, os mecanismos e fontes de financiamento, a cobertura da rede prestadora de serviços, os indicadores de monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução.

Portanto, o **plano de assistência social** é um instrumento de planejamento essencial para a consolidação da política e do Sistema Único da Assistência Social, que organiza, regula e norteia o funcionamento da Política;

Sim

Indique esta alternativa para os casos em que o município/DF tenha elaborado o Plano Municipal de Assistência (PMAS).

Não (Pule para a questão 20).

Marque esta alternativa para os casos em que o município/DF não tenha elaborado o Plano Municipal de Assistência Social.

18. Com que frequência o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) é atualizado? (resposta única).

Indique qual a periodicidade de revisão do Plano Municipal, ou seja, se essa revisão é feita todo ano, a cada 2 anos, a cada 4 anos ou mais.

Se a revisão do Plano Municipal é feita 2 ou mais vezes por ano, por exemplo semestralmente, marque a primeira opção "mais de uma vez por ano".

Se a revisão do Plano Municipal NÃO foi feita nenhuma vez nos últimos 4 anos (2007, 2008, 2009 e 2010) e também não ocorreu no ano de 2011, até o momento, marque a última opção "mais de quatro anos".

Mais de uma vez por ano.

Anualmente.

Bienalmente.

De quatro em quatro anos.

Mais de quatro anos.

19. Em que ano ocorreu a última atualização do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)?

Informar em que ano, no formato "aaaa", o órgão gestor realizou a última revisão do Plano Municipal de Assistência e o submeteu à aprovação do CMAS.

_____.

20. Nos últimos 12 meses, quantas visitas de técnicos da Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS) o município recebeu?

Considere as visitas realizadas pelo Estado ao município para o apoio técnico (assessoramento, orientações técnicas) no que diz respeito ao desenvolvimento das ações de implantação da Política Municipal de Assistência Social, oferta e gestão dos serviços socioassistenciais, gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família e estruturação e funcionamento dos CRAS e CREAS, outras unidades da rede socioassistencial pública ou privada, entre outras ações.

Nenhuma. (pule para a questão 23).

Indique essa alternativa se o município não recebeu nenhuma visita de técnicos da Secretaria Estadual nos últimos 12 (doze) meses.

Uma.

Indique essa alternativa se o município recebeu (01) uma visita de técnicos da Secretaria Estadual nos últimos 12 (doze) meses.

Duas.

Indique essa alternativa se o município recebeu (02) duas visitas de técnicos da Secretaria Estadual nos últimos 12 (doze) meses.

Três ou mais.

Indique essa alternativa se o município recebeu (03) três ou mais visitas de técnicos da Secretaria Estadual nos últimos 12 (doze) meses.

21. Caso tenha recebido uma ou mais visitas técnicas do estado, indique os temas sobre os quais o município recebeu orientações e apoio técnico nas referidas visitas: (admite múltiplas respostas)

De acordo com o Art. 13 inciso VI da Lei nº 12.435, de 2011 (Lei do SUAS), na execução dos serviços socioassistenciais compete aos Estados “realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento”. As visitas técnicas são mecanismos de aproximação entre a gestão estadual e os municípios através da promoção de várias atividades, as quais poderão ser relacionadas nesta questão.

Adequação da estrutura organizacional da Secretaria (regimento, organograma, etc.)

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado orientaram quanto à readequação da estrutura organizacional da assistência social no município, de maneira a contemplar as funções essenciais da Política Nacional de Assistência Social. Tais funções seriam alcançadas primordialmente através da i) estruturação de Secretaria exclusiva para gestão da política e ii) garantia de infraestrutura e recursos humanos adequados (em quantidade e qualidade).

Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social

Conforme o Art. 30 da Lei Orgânica da Assistência Social, uma das condições para o repasse de recursos federais para Estados, municípios e DF é a formação de um plano de assistência social, o qual estabeleça as ações pertinentes àquele território no que tange a oferta e gestão de serviços e benefícios socioassistenciais.

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado orientaram quanto à elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, fazendo com que a proposta esteja em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social.

Elaboração de Relatório de Gestão

A partir da publicação da Lei 12.435, de 2011, a Lei Orgânica de Assistência de Social exige em seu Art. 30-C que:

a forma de utilização dos recursos federais descentralizados para os fundos de assistência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal será declarada pelos entes recebedores ao ente transferidor, anualmente, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do respectivo Conselho de Assistência Social, que comprove a execução das ações na forma de regulamento. (Lei 12.435, de 2011)

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado orientaram quanto à elaboração do Relatório de Gestão previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social, alterada pela Lei 12.435, de 2011.

Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social

Conforme o Art. 30 da Lei Orgânica da Assistência Social, uma das condições para o repasse de recursos federais para Estados, municípios e DF é a formação de um fundo de assistência social com orientação e controle dos respectivos conselhos de assistência social. O repasse de recursos se dá entre os entes federados através dos fundos de assistência.

O Fundo Municipal é destinado ao gerenciamento dos recursos financeiros obtidos para a consecução da política de assistência social.

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado orientaram quanto à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social.

Fortalecimento da intersetorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas da assistência social

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado orientaram quanto à articulação das ações socioassistenciais no município com as políticas de outras áreas da gestão pública. (Ex.: saúde, educação, trabalho, etc.).

| **Integração dos serviços e benefícios**

Segundo Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda, a gestão integrada de serviços e benefícios consiste na articulação entre serviços, benefícios e transferências de renda no âmbito do SUAS e tem como diretrizes:

I - a co-responsabilidade entre os entes federados;

II - as seguranças afiançadas pela Política Nacional de Assistência Social;

III - a centralidade da família no atendimento socioassistencial de forma integral, visando a interrupção de ciclos intergeracionais de pobreza e de violação de direitos.

Em síntese, a integração de serviços e benefícios consiste na criação de estratégias que visem garantir que além da transferência de renda, a população em situação de vulnerabilidade ou risco social também possa acessar outros serviços socioassistenciais (PAIF, PAEFI, etc.), ampliando o alcance das ações do SUAS..

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado orientaram quanto à integração dos serviços e benefícios socioassistenciais.

| **Fortalecimento do Conselho Municipal**

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado orientaram os Conselheiros ou Secretaria Executiva no que diz respeito à disseminação de informações sobre a Política da Assistência Social, orientações técnicas sobre os padrões normativos para oferta e financiamento dos serviços socioassistenciais, bem como, no que tange às orientações sobre o papel do Conselho e, ainda, sobre a normativa que regula a dinâmica de funcionamento do Conselho ou qualquer outra ação de mobilização da instância de controle social municipal.

| **Adequação da implantação dos serviços socioassistenciais**

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado orientaram a gestão municipal de Assistência Social no que diz respeito à adequação dos serviços sociais que estão sendo ofertados ou em fase de implantação no município às normativas previstas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e na Norma Operacional Básica do SUAS e Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) ou da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

| **Gestão dos serviços socioassistenciais**

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar quanto a gestão dos serviços socioassistenciais no município (planejamento das atividades/ações do serviço; diagnóstico socioterritorial, ações de articulação com a rede da assistência social e com outras políticas setoriais, etc.)

| **Metodologias de trabalho social com famílias**

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar quanto a metodologias de trabalho social com as famílias.

| **Gestão de benefícios eventuais**

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar especificamente quanto à gestão de benefícios eventuais no município.

| **Implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).**

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar especificamente quanto à implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

| **Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais - CadÚnico**

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar especificamente quanto à Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais – CadÚnico.

| **Gestão do Programa Bolsa Família**

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar especificamente quanto à Gestão do Programa Bolsa Família.

| **Gestão do trabalho**

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar quanto à Gestão do trabalho (formas de contratação, tamanho das equipes, Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), entre outras ações) no município.

| **Metodologias de monitoramento e avaliação**

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar quanto à construção de metodologias de monitoramento e avaliação da política de assistência social no município, tais como construção de indicadores, índices e realização de levantamento de dados, estudos e pesquisas, entre outras ações.

| **Implantação da Vigilância Social**

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar quanto à implantação de atividades e equipes próprias da vigilância social.

| **Outros**

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar quanto outros assuntos diferentes daqueles listados acima.

22. Nos últimos 12 meses, quantas vezes os técnicos ou gestores municipais da assistência social participam de atividades de orientação e apoio técnico promovido pelo Estado?

Indique a opção que mais se aproxima da frequência com que os técnicos ou gestores do município participam de atividades de orientação/capacitação promovidas diretamente pelo Estado ou com o financiamento do gestor estadual. Permite apenas uma opção.

| Nenhuma vez.

| Uma vez.

| Duas ou três vezes.

| Quatro a seis vezes.

| Mais de seis vezes.

BLOCO 4 – GESTÃO FINANCEIRA

23. O município possui Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)?

Os Fundos de Assistência Social são fundos especiais de natureza contábil que dependem de autorização legislativa, na forma exigida pelo artigo 167, inciso IX da Constituição Federal. Compõem-se das receitas provenientes de contribuições ou taxas e das dotações orçamentárias específicas, além de doações e outros ingressos previstos no artigo 3º do Decreto nº 1.605/95. Os fundos especiais são também regulados pelos artigos 71 a 74 da Lei nº 4.320/64.

Todo fundo público deve ser instituído mediante autorização legislativa, conforme estabelece o Art. 167 da Constituição Federal. Para se organizar um fundo e colocá-lo em funcionamento, é necessário observar alguns aspectos, como o marco legal (a lei de criação do fundo que pode ser abrangente ou sintética; neste segundo caso, deve ser regulamentada por decreto); a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por se tratar de órgão constituído como unidade gestora de orçamento; o estabelecimento do ordenador de despesas; entre outros.

Outro aspecto de fundamental importância é a contabilidade do fundo, que deve ser feita por meio de contas específicas e com prestação de contas separada do órgão ao qual ele está vinculado (geralmente, as secretarias de assistência social). Instrumentos de gestão como programação financeira, fluxo de caixa e demonstrativos contábeis também devem ser instituídos, a fim de subsidiar a boa aplicação dos recursos e efetivar o controle da execução orçamentária e financeira.

| **Sim, implantado.**

Por “implantado” entende-se o Fundo de Assistência Social regularmente instituído e em funcionamento.

| **Sim, em fase de implantação.**

“Em fase de implantação” entende-se que o Fundo de Assistência Social está em processo de constituição, mas ainda não está regularmente instituído ou ainda não está em funcionamento.

| **Não possui. (pule para a questão 34).**

Não possuirá Fundo o Município que não o possui nem funcionando nem regularmente instituído.

24. Que instrumento normativo instituiu o FMAS?

Todo fundo público deve ser instituído mediante autorização legislativa, conforme estabelece o Art. 167 da Constituição Federal. Para se organizar um fundo e colocá-lo em funcionamento, é necessário observar alguns aspectos, como o marco legal (a lei de criação do fundo que pode ser abrangente ou sintética; neste segundo caso, deve ser regulamentada por decreto); a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por se tratar de órgão constituído como unidade gestora de orçamento; o estabelecimento do ordenador de despesas; entre outros.

Para responder este item considere as definições abaixo:

- Entende-se por lei uma norma ou conjunto de normas jurídicas, gerais e abstratas, elaboradas pelo Poder Legislativo (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa ou Câmara de Vereadores), segundo o processo de elaboração constitucionalmente estabelecido;
- Decreto é o ato normativo infralegal, isto é, hierarquicamente inferior a lei, de competência privativa dos chefes do Poder Executivo, quais sejam, presidente, governadores e prefeitos;
- Portaria é o ato normativo infralegal, isto é, hierarquicamente inferior a lei, emanado de qualquer autoridade pública (Secretário de Estado, por exemplo), que contém instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos, recomendações de caráter geral, normas de execução de serviço ou qualquer outra determinação da sua competência.
- Outros atos normativos são, por exemplo, as resoluções e regulamentos.

Indique qual o instrumento normativo que instituiu o FMAS.

Lei.

Entende-se por lei uma norma ou conjunto de normas jurídicas, gerais e abstratas, elaboradas pelo Poder Legislativo (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa ou Câmara de Vereadores), segundo o processo de elaboração constitucionalmente estabelecido.

Decreto.

Decreto é o ato normativo infralegal, isto é, hierarquicamente inferior a lei, de competência privativa dos chefes do Poder Executivo, quais sejam, presidente, governadores e prefeitos.

Portaria.

Portaria é o ato normativo infralegal, isto é, hierarquicamente inferior a lei, emanado de qualquer autoridade pública (Secretário de Estado, por exemplo), que contém instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos, recomendações de caráter geral, normas de execução de serviço ou qualquer outra determinação da sua competência.

Outro. Qual? _____.

Indique esta opção se o instrumento normativo que instituiu o FMAS não corresponde a nenhum dos outros mencionados acima. Nessa caso, cite qual é esse instrumento.

25. O FMAS tem CNPJ próprio?

Para responder este item considere as definições abaixo:

O CNPJ compreende as informações cadastrais de entidades de interesse das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 2º da Instrução Normativa n.º 748/07 RFB). Sua administração compete a Receita Federal do Brasil, que registra as informações cadastrais das pessoas jurídicas, as que lhe forem equiparadas, e algumas entidades não caracterizadas como tais. Dentre estas estão os órgãos do Poder Executivo dos Municípios que se constituam em unidades gestoras de orçamento. Portanto, os fundos públicos de natureza meramente contábil são obrigados a se inscrever no CNPJ (art. 11 da Instrução Normativa n.º 748/07 RFB).

Os Fundos de Assistência Social são fundos contábeis especiais, sem personalidade jurídica, que, embora vinculados ao órgão gestor da política pública de assistência social, possuem autonomia administrativa e financeira. Assim, o Fundo de Assistência Social do Distrito Federal (FAS/DF), os Fundos Estaduais de Assistência Social (Feas) e os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS) são geridos pelos órgãos responsáveis pela assistência social nessas esferas de governo, sob orientação e fiscalização dos respectivos conselhos estaduais e municipais de assistência social.

Todo fundo público deve ser instituído mediante autorização legislativa, conforme estabelece o Art. 167 da Constituição Federal. Para se organizar um fundo e colocá-lo em funcionamento, é necessário observar alguns aspectos, como o marco legal (a lei de criação do fundo que pode ser abrangente ou sintética; neste segundo caso, deve ser regulamentada por decreto); a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por se tratar de órgão constituído como unidade gestora de orçamento; o estabelecimento do ordenador de despesas; entre outros.

Sim, como matriz.

Por FMAS cadastrado “como matriz” entende-se aquele diretamente registrado no CNPJ.

Sim, como filial.

O FMAS cadastrado “como filial” é aquele cujo registro principal está em nome do órgão gestor da assistência social e só, acessoriamente, em nome próprio, refletindo, pois, a vinculação deste àquele.

Não possui.

O não cadastramento implica a inexistência de CNPJ.

OBS.: Em 14/5/2010 foi publicada a tabela de natureza jurídica 2009 da Comissão de Classificação, que criou códigos distintos para o executivo municipal e para os fundos especiais. Como as regras do CNPJ não permitem que um registro contenha dois códigos de natureza distintos, não é possível mais classificar os fundos como filial. Portanto a partir de 2010 os fundos devem ser registrados com seus CNPJs próprios no código de atividade “120-1” (Fundo Público).

26. O FMAS é uma unidade orçamentária?

Para responder este item considere as definições abaixo.

Segundo o Manual Técnico Orçamentário da União – MTO, Unidades Orçamentárias são as estruturas administrativas responsáveis pelas dotações orçamentárias e pela realização das ações.

Unidade orçamentária, portanto, é o segmento da administração a que o orçamento consigna dotações específicas para realização de seus programas de trabalho e sobre os quais exerce o poder de disposição.

Sim

Marque “sim” quando já na Lei Orçamentária Anual (LOA) estão previstas dotações orçamentárias (recursos recebidos da União, Estado ou próprios) diretamente no FMAS, situação em que ele será unidade orçamentária.

Não

Marque esta opção se a totalidade dos recursos orçamentários (próprios ou recebidos da União e Estado) previstos para serem executados pelo FMAS foram na Lei Orçamentária Anual (LOA) consignados ao órgão gestor da assistência social (Secretaria) ou em outro órgão, sendo apenas posteriormente, repassados ao FMAS.

27. Os serviços socioassistenciais custeados com recursos próprios do município são registrados no FMAS?

Para responder este item considere as definições abaixo.

Embora não exista percentual mínimo para o cofinanciamento da política de assistências social, o parágrafo único do art. 30 da LOAS estabelece a necessidade da comprovação orçamentária dos recursos próprios alocados no respectivo FMAS, como condição legal para o recebimento dos repasses dos recursos federais aos Municípios, Estados e Distrito Federal. Ao determinar a constituição dos Fundos de Assistência Social como Unidade Orçamentária, a NOB objetivou propiciar aos conselhos e à sociedade, condições de verificar e comprovar a execução dos recursos financeiros destinados à política de assistência social. Desta forma, a NOB contribui para a efetivação do comando constitucional de organização da assistência social de forma democrática e participativa.

Entretanto, pode ocorrer que a gestão municipal aloque recursos próprios, sem registrá-los à conta do FMAS.

Sim, a totalidade dos recursos próprios é registrada no FMAS.

Responda “sim” se os recursos próprios revertidos para a assistência social são totalmente registrados no FMAS;

Sim, a maior parte dos recursos próprios é registrada no FMAS.

Responda “sim” se os recursos próprios revertidos para a assistência social são na sua maioria registrados no FMAS;

Sim, a metade dos recursos próprios é registrada no FMAS.

Responda “sim” se metade dos recursos próprios revertidos para a assistência social são registrados no FMAS;

Sim, a menor parte dos recursos próprios é registrada no FMAS.

Responda “sim” se a menor parte dos recursos próprios revertidos para a assistência social são registrados no FMAS;

Não, os recursos próprios do município não são registrados no FMAS

Responda “não” para os casos em que os recursos próprios revertidos para assistência social não são registrado no FMAS, mesmo que ocorra a alocação.

28. O ordenador de despesa do FMAS é?

Para responder este item considere as definições abaixo.

Ordenador de despesa é todo e qualquer agente público de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento ou dispêndio de recursos do Estado.

É pessoa investida legalmente de competência para assumir obrigações em nome de ente da Federação.

A ordenação de despesa poderá ser objeto de delegação de competência mediante ato específico, (art. 21, § 2º, LRF).

Informe quem é o ordenador de despesas na esfera municipal.

- O Prefeito.
- O Secretário (a) Municipal de Assistência Social.
- Outro Funcionário da Secretaria de Assistência Social.
- Secretário ou técnico de outra área.

29. No ano de 2011, com que frequência o órgão gestor apresentou ao Conselho Municipal de Assistência Social o relatório de execução dos recursos do FMAS?

Os recursos do cofinanciamento aos municípios para o financiamento da Assistência Social são alocados nos Fundos Municipais de Assistência Social, constituídos como unidades orçamentárias, com o objetivo de apoiar a execução dos serviços socioassistenciais de caráter continuado da PNAS nos municípios. Periodicamente os Conselhos Municipais de Assistência Social apreciam o relatório de execução dos recursos encaminhado pela Gestão Municipal.

É solicitado que identifique a periodicidade desse encaminhamento, **no ano de 2011**.

Mensalmente.

Se foi encaminhado uma vez por mês.

Bimestralmente.

Se foi encaminhado de dois em dois meses.

Trimestralmente.

Se foi encaminhado de três em três meses.

Quadrimestralmente.

Se foi encaminhado de quatro em quatro meses.

Semestralmente

Se foi encaminhado uma vez em cada seis meses

Anualmente

Se foi encaminhado uma vez ao ano.

Não apresentou

Se no ano não foi realizado o encaminhamento.

30. Atualmente o município recebe recursos estaduais para o cofinanciamento da Assistência Social?

Existem duas modalidades de transferência de recursos públicos entre os entes federados: a “convenial” (transferências voluntárias) e a “fundo a fundo” (transferências legais, regular e automática).

Os recursos federais são repassados automaticamente para o fundo estadual, do Distrito Federal ou municipal, independentemente de celebração de convênio, ajuste, acordo ou contrato, e serão aplicados segundo as prioridades estabelecidas nos planos de assistência social aprovados pelos respectivos Conselhos.

Pode ocorrer também o repasse dos Estados aos Municípios.

Indique se o Estado cofinancia o Município e a modalidade em que esta transferência se dá.

Sim, fundo-a-fundo.

Sim, via convênio.

Sim, por convênio e fundo-a-fundo.

Não recebe.

31. O órgão gestor municipal faz transferência de recursos por convênio para ONG's ou Entidades de Assistência Social no município? (resposta única)

Existem duas modalidades de transferência de recursos públicos entre os entes federados: a “convenial” (transferências voluntárias) e a “fundo a fundo” (transferências legais, regular e automática).

Indique se o órgão gestor faz transferências voluntárias (convenial) para entidades da rede socioassistencial privada e qual a fonte dos recursos utilizados para estas transferências.

Não. (pule para a questão 33).

Sim, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Sim, com recursos de outras fontes.

Sim, com recursos do FMAS e de outras fontes.

32. Quantas entidades recebem recurso do órgão gestor municipal por convênio?

Caso o órgão gestor transfira recursos por convênio para entidades privadas da rede de assistência social do município, indicar a quantidade de entidades receptoras.

|_|_|_| entidades.

BLOCO 5 – GESTÃO DO TRABALHO

33. O órgão gestor municipal da assistência social tem Mesa de Negociação Permanente do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), instalada em seu âmbito, conforme previsto na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-RH/SUAS)?

A NOB-RH/SUAS estabelece que órgãos gestores federal, estaduais e municipais devem instituir uma mesa de negociação permanente entre gestores, prestadores de serviços, trabalhadores da área da assistência do setor público e privado.

A Mesa de Negociação deve ser constituída com o objetivo de discutir, negociar e definir ações para promover melhorias nas relações e condições de trabalho para os profissionais da rede socioassistencial.

Sim Não (*pule para a questão 35*).

34. Ano de instalação da Mesa de Negociação Permanente do SUAS em seu âmbito:

Indique o ano de realização das primeiras reuniões da Mesa de Negociação Permanente já constituída como tal pelo órgão gestor municipal, no formato numérico sem pontuação (aaaa).

|_|_|_|

35. O órgão gestor municipal da assistência social tem Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) implantado?

Indique se o órgão gestor municipal da assistência social possui Plano de Cargos, Carreiras e Salários implantado no município (PCCS).

A NOB-RH/SUAS sugere que o órgão gestor municipal i) nomeie comissão paritária entre governo e representantes dos trabalhadores para a discussão e elaboração do respectivo Plano de Carreira, Cargos e Salários; ii) encaminhe projeto de lei de criação do respectivo Plano de Carreira, Cargos e Salários ao Poder Legislativo e; iii) garantir o cofinanciamento para a implementação da gestão do trabalho para o SUAS, especialmente para a implementação de PCCS.

Sim Não (*pule para a questão 37*)

36. Qual o ano da última atualização deste PCCS?

Indique o ano da última revisão do PCCS que culminou em alteração na legislação referente ao Plano, no formato numérico sem pontuação (aaaa). |_|_|_|_|.

Atenção! Para responder as questões 37 e 38 considerar o seguinte:

NOTA EXCLUSIVA PARA AS SECRETARIAS QUE ATUAM EM CONJUNTO OU SUBORDINADA A OUTRA SECRETARIA: As SMAS que funcionam em conjunto ou subordinadas com outras políticas devem considerar na contagem apenas os trabalhadores que exercem suas funções especificamente na assistência social, incluindo os trabalhadores das unidades públicas, e os trabalhadores que exercem funções para outras políticas, mas também para a assistência social, tais como os que exercem suas atividades em áreas administrativas/financeiras/contábeis/etc. Portanto, **NÃO** devem ser computados os trabalhadores que trabalham especificamente para outras políticas públicas, **NEM** os que exercem suas atividades em instituições que cuidam de adolescentes que cumprem medidas em meio fechado.

37. Considerando apenas os trabalhadores lotados na sede do Órgão Gestor Municipal da Assistência Social (e nas administrações regionais, caso existam), indique o quantitativo de acordo com o vínculo e escolaridade (NÃO considerar os trabalhadores que estão lotados nas unidades públicas que ofertam serviços socioassistenciais):

Indique a quantidade de trabalhadores da Secretaria Municipal Assistência Social que desenvolvem suas atividades na sede do órgão gestor, considerando os setores administrativos (área de gestão do SUAS, financeira, gestão do trabalho), e as áreas técnicas (Proteção Social Básica), (Proteção Social Especial), (Benefícios Socioassistenciais).

Especifique o tipo de vínculo trabalhista, escolaridade e quantidade de trabalhadores do quadro de funcionários do órgão gestor da assistência social, inclusive trabalhadores de férias ou licença.

Atenção! Caso a Secretaria de Assistência Social do Município atue em conjunto com outro setor governamental, deve-se contar os trabalhadores que atuam **EXCLUSIVAMENTE** na assistência social e àqueles que atuam em áreas **COMUNS** aos dois setores (Ex. Setor de Pessoal, Setor Financeiro, Setor Contábil, etc.). Os trabalhadores que atuam exclusivamente para o outro setor **NÃO** devem ser contados.

• **Formação**

Ensino Fundamental

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino fundamental, ou seja, concluíram a 8ª série, e não ingressaram ou completaram o ensino médio.

Ensino Médio

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino médio e não ingressaram ou completaram o ensino superior.

Ensino Superior

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino superior, tendo concluído curso de graduação.

Total

Informar a soma de todos os funcionários, servidores, profissionais da Secretaria Municipal/do DF de Assistência Social informados nas colunas anteriores, conforme o vínculo, ou seja, quantos estatutários, celetistas, somente comissionados e outros vínculos o órgão gestor possui.

Exemplo:

Se a Secretaria é composta por quatro (04) estatutários de nível fundamental, sete (07) estatutários de nível médio, dez (10) estatutários de nível superior; três (03) celetistas de fundamental, seis (06) celetistas de nível médio, nove (09) celetistas de nível superior; um (01) somente comissionado de nível fundamental, cinco (05) somente comissionado de nível médio, (08) somente comissionado de nível superior; um (01) com outros vínculos de nível fundamental, dois (02) com outros vínculos de nível médio, dois (02) com outros vínculos de nível superior, o quadro ficaria da seguinte forma:

Tipo de Vínculo por formação	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Estatutários	_ _ 0 4	_ _ 0 7	_ _ 1 0	_ _ 2 1
Celetistas	_ _ 0 3	_ _ 0 6	_ _ 0 9	_ _ 1 8
Somente Comissionados	_ _ 0 1	_ _ 0 5	_ _ 0 8	_ _ 1 4
Outros Vínculos	_ _ 0 1	_ _ 0 2	_ _ 0 2	_ _ 0 5

38. Especifique o TOTAL de trabalhadores da Secretaria Municipal de Assistência Social, considerando inclusive os trabalhadores que estão lotados nas unidades públicas que ofertam serviços socioassistenciais (Atenção! Devem ser somados os trabalhadores lotados no órgão gestor e os que estão lotados nas unidades públicas que ofertam serviços socioassistenciais):

Para responder esta questão devem ser somados os trabalhadores informados na questão 37 com os trabalhadores que desenvolvem suas atividades nas UNIDADES PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, tais como CRAS, CREAS, Centro POP, Unidade PÚBLICAS de Acolhimento, etc.

Exemplo: Considere os 10 trabalhadores estatutários com escolaridade de ensino superior informados no exemplo da questão 37 e some-os aos trabalhadores estatutários com escolaridade de ensino superior que prestam serviços nos CRAS, CREAS e demais unidades públicas existentes no município e o resultado da soma é o valor a ser informado no campo específico.

Atenção! Se um trabalho desenvolver suas atividades na sede do órgão gestor E AO MESMO TEMPO em uma unidade pública, por exemplo, o CRAS, considerá-lo no local em que forem desenvolvidas as atividades com maior carga horária ou prioridade.

Especifique o tipo de vínculo trabalhista, escolaridade e quantidade de trabalhadores do quadro de funcionários do órgão gestor da assistência social, inclusive trabalhadores de férias ou licença.

• **Formação**

Ensino Fundamental

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino fundamental, ou seja, concluíram a 8ª série, e não ingressaram ou completaram o ensino médio.

Ensino Médio

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino médio e não ingressaram ou completaram o ensino superior.

Ensino Superior

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino superior, tendo concluído curso de graduação.

Total

Informar a soma de todos os funcionários, servidores, profissionais da Secretaria Municipal/do DF de Assistência Social informados nas colunas anteriores, conforme o vínculo, ou seja, quantos estatutários, celetistas, somente comissionados e outros vínculos que o órgão gestor possui.

Exemplo:

Se a Secretaria é composta por quatro (04) estatutários de nível fundamental, sete (07) estatutários de nível médio, dez (10) estatutários de nível superior; três (03) celetistas de fundamental, seis (06) celetistas de nível médio, nove (09) celetistas de nível superior; um (01) somente comissionado de nível fundamental, cinco (05) somente comissionado de nível médio, (08) somente comissionado de nível superior; um (01) com outros vínculos de nível fundamental, dois (02) com outros vínculos de nível médio, dois (02) com outros vínculos de nível superior, o quadro ficaria da seguinte forma:

Tipo de Vínculo por formação	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Estatutários	_ _ 0 4	_ _ 0 7	_ _ 1 0	_ _ 2 1
Celetistas	_ _ 0 3	_ _ 0 6	_ _ 0 9	_ _ 1 8
Somente Comissionados	_ _ 0 1	_ _ 0 5	_ _ 0 8	_ _ 1 4
Outros Vínculos	_ _ 0 1	_ _ 0 2	_ _ 0 2	_ _ 0 5

39. Dos trabalhadores de nível superior da Assistência Social, indique a quantidade de profissionais segundo às áreas de formação abaixo listadas:

Indique a quantidade de trabalhadores na Gestão segundo a formação acadêmica.

Atenção: Somente devem ser contados os trabalhadores que concluíram o ensino superior. A soma de trabalhadores de Ensino Superior na questão 38 deve ser igual ou superior a soma de trabalhadores em todas as categorias de formação.

Exemplo: na coluna “ensino superior” do exemplo da questão 38, utilizado acima, a soma totaliza 29 trabalhadores de ensino superior na secretaria. Assim, nesta questão 39 devem ser apontados dentre os 29 trabalhadores de ensino superior quantos são das formações listadas. **Atenção!** Se dentre os 29 trabalhadores existirem algum (uns) cujas formações não estejam listadas abaixo, não informa-los nesta questão 39.

48a) |_|_|_|_|Assistente Social

48e)|_|_|_|_|Antropólogo(a)

48i)|_|_|_|_| Administrador (a)

48b) |_|_|_|_| Psicólogo (a)

48f) |_|_|_|_| Sociólogo (a)

48j) |_|_|_|_| Economista

48c) |_|_|_|_| Pedagogo

48g)|_|_|_|_|Terapeuta Ocupacional

48k)|_|_|_|_|Economista Doméstico

48d) |_|_|_|_| Advogado (a)

48h) |_|_|_|_| Contador (a)

40. Do total de trabalhadores da Secretaria Municipal de Assistência Social, indique abaixo a quantidade que possui deficiência:

Deficiência é o termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica e diz respeito à biologia da pessoa humana.

Do total de trabalhadores do órgão gestor, considerando os vários níveis de escolaridade e formação, indique a quantidade por tipologia de deficiência, no formato numérico sem pontuação (aaaa).

|_|_|_| deficiência motora

|_|_|_| deficiência visual

|_|_|_| deficiência auditiva

|_|_|_| deficiência intelectual

|_|_|_| deficiência múltipla

41. Do total de trabalhadores de nível médio da Assistência Social informados na questão 38, indique a quantidade de profissionais segundo a função de apoio à Gestão e as áreas abaixo listadas:

	Cargo/Função	Descritivo do Cargo/Função	Quantidade e total	Área de Lotação do Trabalhador*	
				Trabalhadores lotados na área de Gestão na sede do Órgão Gestor	Trabalhadores lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social
Funções Administrativas	Auxiliar Administrativo	Executam serviços de apoio administrativo; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _
	Auxiliar de Contabilidade	Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Realizam o arquivo de documentos.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _
	Auxiliar de Informática	Operam sistemas de computadores e microcomputadores, monitorando o desempenho dos aplicativos, recursos de entrada e saída de dados, recursos de armazenamento de dados, registros de erros, consumo da unidade central de processamento (cpu), recursos de rede e disponibilidade dos aplicativos. Garantem a segurança das informações, por meio de cópias de segurança e armazenando-as em local prescrito, verificando acesso lógico de usuário e destruindo informações sigilosas descartadas.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _

Digitador	Profissional com habilidade e rapidez na digitação de dados, responsável por incluir e alterar informações realizadas em formulários de cadastramento, pesquisa, questionários.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _
Recepcionista	Recepcionam e prestam serviços de apoio aos usuários e equipe técnica; prestam atendimento telefônico e fornecem informações; marcam entrevistas ou atendimento e recebem usuários e visitantes; averigam suas necessidades e dirigem ao lugar ou a pessoa procurados; agendam serviços. Organizam informações e planejam, em conjunto com a equipe técnica, o trabalho do cotidiano.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _
Secretário(a)/ Assistente	Organizam agendas, revisam textos e documentos; organizam as atividades gerais da área e assessoram o seu desenvolvimento; coordenam a execução de tarefas; redigem textos e comunicam-se, oralmente e por escrito.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _
Telefonista/ Operador de Call Center	Operam equipamentos, atendem, transferem, cadastram e completam chamadas telefônicas. Auxiliam o usuário, fornecendo informações e prestando serviços gerais.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _
Office Boy	Transportam correspondências, documentos, objetos e valores, dentro e fora das instituições, e efetuam serviços bancários e de correio, depositando ou apanhando o material e entregando-o aos destinatários; auxiliam na secretaria e nos serviços de copa; operam equipamentos de escritório; transmitem mensagens orais e escritas.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _
Motorista	Dirigem automóveis, destinados ao transporte de passageiros e/ou pequenas cargas. Transportam pessoas e materiais.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _
Segurança/Vigia	Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _
Limpeza e Conservação	Organizam e conservam os ambientes de trabalho das secretarias e equipamentos.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _

Copeira/Copeiro	Manusear e preparar alimentos (lanches leves em geral); atender o público interno, servindo e distribuindo lanches e cafés e atendendo às suas necessidades alimentares; arrumar bandejas e mesas e servir; recolher utensílios e equipamentos utilizados, promovendo sua limpeza, higienização e conservação; executar e conservar a limpeza da copa e da cozinha; manter a organização e a higiene do ambiente, dos utensílios e dos alimentos; controlar os materiais utilizados; evitar danos e perdas de materiais; zelar pelo armazenamento e conservação dos alimentos; ter noções de dietas; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _
Cozinheira/Cozinheiro	Organizam e supervisionam serviços de cozinha de refeições, planejando cardápios e elaborando o pré-preparo, o preparo e a finalização de alimentos, observando métodos de cocção e padrões de qualidade dos alimentos.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _
Outras funções relativas ao apoio administrativo	Desenvolvem funções de apoio administrativo e de gestão diferentes das elencadas nas funções citadas anteriormente	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _

*Local em que o trabalhador de nível médio desempenha suas funções.

42. Do total de trabalhadores de nível médio da Assistência Social informados na questão 38, indique a quantidade de profissionais segundo a função de apoio às atividades técnicas e as áreas de lotação abaixo listadas:

	Cargo/Função	Descritivo do Cargo/Função	Quantidade total	Área de Lotação do Trabalhador*	
				Trabalhadores lotados na sede do Órgão Gestor	Trabalhadores lotados nas Unidades Públicas de Assistência Social
Funções de apoio técnico	Orientador Social/Monitor	Promovem processos coletivos de elaboração, execução e avaliação de projetos sociais, organizando e facilitando o desenvolvimento de atividades de convívio e fortalecimento de vínculos. Desempenha função chave de facilitar a trajetória dos usuários na direção do desenvolvimento pessoal e social, contribuindo para a criação de um ambiente educativo, participativo e democrático.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _

Facilitador de Oficinas	Media oficinas coletivas desenvolvidas no âmbito dos serviços socioassistenciais, promovendo atividades participativas fortalecedoras dos laços de convivência e vínculos por meio de atividades de esporte, lazer, arte e cultura.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _
Cadastrador	Organizam a rotina de serviços e realizam o cadastro: entrada e transmissão de dados no CadÚnico; registram e transcrevem informações, operando computadores;	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _
Cuidador Social	Cuidam de bebês, crianças, jovens, adultos e idosos dependentes, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas e/ou responsáveis diretos, inclusive no domicílio, zelando pelo bem-estar da pessoa assistida. Realizam cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _
Educador	Garantem a atenção, defesa e proteção à pessoas em situações de risco e vulnerabilidade pessoal e social. Asseguram seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando suas necessidades e demandas e desenvolvendo atividades de convívio.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _
Outras funções relativas ao apoio às atividades técnica	Desenvolvem funções de apoio técnico diferentes das elencadas nas funções citadas anteriormente.	_ _ _ _	_ _ _	_ _ _

*Local em que o trabalhador de nível médio desempenha suas funções.

43. No ano de 2011, o município realizou concurso público para contratação de trabalhadores (nível superior ou médio) para a Secretaria Municipal de Assistência Social?

Informar se ano de 2011 houve concurso público no município/DF para contratação de trabalhadores para Secretaria Municipal de Assistência Social. Considerar os editais publicados e/ou concursos com resultados homologados no período indicado. Essa questão não admite mais de uma marcação, tendo em vista que há opção de resposta que cruza as opções existentes. Ou marcar a opção “não”, não responder as demais questões que se encontram subseqüentes na linha específica.

Nível de Escolaridade	Realizou Concurso?		Quantidade de Vagas	Data da Homologação do Concurso	Quantidade de trabalhadores que tomaram posse
	Sim	Não			
Nível Superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> /2011	<input type="text"/>
Nível Médio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> /2011	<input type="text"/>

Não, para trabalhadores de Nível Superior.

Indicar esta opção caso não tenha sido realizado concurso público para preenchimento de cargos de nível médio e/ou superior para o órgão gestor da Assistência Social no ano de 2011. Neste caso não responda as demais questões que constam nesta linha.

Sim, para trabalhadores de Nível Superior.

Indicar esta opção caso o(s) concurso(s) realizados no ano de 2011 tenha(m) previsto o preenchimento de vagas EXCLUSIVAMENTE para o cargo de nível superior. Ao preencher esta opção de sequência respondendo as seguintes:

Quantidade de Vagas.

Data de Homologação do Concurso /2011.

Indicar a data do instrumento legal, seja Lei, Decreto ou Portaria, que homologou o concurso, no formato dd/mm.

Quantidade de Trabalhadores que tomaram posse .

Responder numericamente a quantidade no limite até 999.

Não, para trabalhadores de Nível Médio.

Indicar esta opção caso não tenha sido realizado concurso público para preenchimento de cargos de nível médio e/ou superior para o órgão gestor da Assistência Social no ano de 2011. Neste caso não responda as demais questões que constam nesta linha.

Sim, para trabalhadores de Nível Médio.

Indicar esta opção caso o(s) concurso(s) realizados no ano de 2011 tenha(m) previsto o preenchimento de vagas EXCLUSIVAMENTE para cargo de nível médio. Ao preencher esta opção de sequência respondendo as seguintes:

Quantidade de Vagas.

Data de Homologação do Concurso /2011.

Indicar a data do instrumento legal, seja Lei, Decreto ou Portaria, que homologou o concurso, no formato dd/mm.

Quantidade de Trabalhadores que tomaram posse .

Responder numericamente a quantidade no limite até 999.

44. No ano de 2011 os trabalhadores da Assistência Social do município tiveram acesso a cursos presenciais de capacitação?

Entende-se por capacitação as atividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões.

Informar se no ano de 2011 os trabalhadores da Assistência Social do município tiveram acesso a curso(s) de capacitação presencial e indicar qual ente federativo promoveu o curso. A pergunta admite mais de uma marcação, tendo em vista que a possibilidade de realização de mais de um curso de capacitação nesse período, promovido por mais de um ente federado.

Considere para a resposta, os trabalhadores do SUAS, ou seja, os trabalhadores da gestão do SUAS, os trabalhadores dos serviços socioassistenciais, tais como trabalhadores dos CRAS, CREAS e demais unidades públicas da assistência social.

Sim

Indique esta opção caso para os trabalhadores da Assistência Social do município/DF que tenham participado presencialmente de cursos para capacitação.

Não (pule para a questão 47).

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social do município/DF não tenham participado de capacitação presencial

45. Caso sim, informe qual (is) o(s) ente(s) federado(s) promoveu(eram) os cursos presenciais de capacitação realizados pelos trabalhadores da Assistência Social do município: (admite múltipla marcação).

Realizado/promovido pelo município.

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social do município/DF tenham sido capacitados presencialmente por curso promovido com recursos financeiros, apoio e iniciativa da gestão do município/DF.

Realizado/promovido pelo gestor estadual.

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social do município/DF tenham sido capacitados presencialmente por curso promovido com recursos financeiros, apoio e iniciativa da gestão estadual.

Realizado/promovido pelo gestor federal (MDS).

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social do município/DF tenham sido capacitados presencialmente por curso promovido com recursos financeiros, apoio e iniciativa da gestão federal (MDS).

46. Qual o número aproximado de trabalhadores capacitados nos cursos presenciais?

Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, informe quantos trabalhadores da Assistência Social do município foram capacitados em curso(s) presenciais.

Atenção: Se o mesmo trabalhador foi capacitado em mais de um curso, por exemplo, participou de capacitação promovida pelo município e de capacitação promovida pelo estado, contá-lo apenas como um (01) trabalhador, não somando, dessa forma, os públicos das capacitações, mas identificando quantos trabalhadores passaram por cursos de capacitação.

Por exemplo:

Curso de capacitação promovido pelo município = 50 trabalhadores capacitados

Curso de capacitação promovido pelo estado = 30 trabalhadores capacitados

Nesse caso é preciso identificar quantos trabalhadores participaram dos dois processos de capacitação. Caso todos os 30 trabalhadores que foram capacitados pelo estado tenham sido capacitados também pelo município no curso que ofereceu 50 vagas, considere que são 50 trabalhadores capacitados.

_____|_____|_____|_____|_____|

47. No ano de 2011 os trabalhadores da Assistência Social do município tiveram acesso a cursos à distância (EAD) de capacitação?

Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente.

Informar se no ano de 2011 os trabalhadores da Assistência Social do município tiveram acesso a curso(s) de capacitação à distância e indicar qual ente federativo promoveu o curso. A pergunta admite mais de uma marcação, tendo em vista a possibilidade de realização de mais de um curso de capacitação nesse período, promovido por mais de um ente federado.

A Política Nacional de Capacitação do SUAS – PNC/SUAS estabelece patamares formativos que fundamentam as estratégias de execução dos planos de capacitação dos municípios. Esses patamares formativos visam a promover o despertar de habilidades funcionais na carreira dos trabalhadores do SUAS. Os patamares são: capacitação introdutória (nivelamento); capacitação para atender agendas pactuadas; atualização; aperfeiçoamento; especialização (latu sensu); mestrado profissional (stricto sensu).

Considere para a resposta, os trabalhadores do SUAS, ou seja, os trabalhadores da gestão do SUAS, os trabalhadores dos serviços socioassistenciais, tais como trabalhadores dos CRAS, CREAS e demais unidades públicas da assistência social.

Sim

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social tenham sido capacitados por meio de curso à distância.

Não (pule para a questão 50)

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social do município não tenham recebido capacitação à distância de nenhuma esfera governamental no ano de 2010.

48. Caso sim, informe qual(is) o(s) ente(s) federado(s) promoveu(eram) os cursos à distância de capacitação realizados pelos trabalhadores da Assistência Social do município: (admite múltipla marcação).

Realizado/promovido pelo município.

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social do município tenham sido capacitados à distância por curso promovido com recursos financeiros, apoio e iniciativa do município.

Realizado/promovido pelo gestor estadual.

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social do município tenham sido capacitados à distância por curso promovido com recursos financeiros, apoio e iniciativa do gestor estadual.

Realizado/promovido pelo gestor federal (MDS).

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social do município tenham sido capacitados à distância por curso promovido com recursos financeiros, apoio e iniciativa da gestão federal (MDS).

49. Qual o número aproximado de trabalhadores capacitados nos cursos à distância?

Em caso de resposta positiva a pergunta anterior, informe quantos trabalhadores da Assistência Social do município foram capacitados em curso(s) à distância.

Atenção! Se o mesmo trabalhador foi capacitado em mais de um curso, por exemplo, participou de capacitação promovida pelo município e de capacitação promovida pelo estado, contá-lo apenas como um (01) trabalhador, não somando, dessa forma, os públicos das capacitações, mas identificando quantos trabalhadores passaram por cursos de capacitação.

Por exemplo:

Curso de capacitação promovido pelo município = 50 trabalhadores capacitados

Curso de capacitação promovido pelo estado = 30 trabalhadores capacitados

Nesse caso é preciso identificar quantos trabalhadores participaram dos dois processos de capacitação. Caso todos os 30 trabalhadores que foram capacitados pelo estado tenham sido capacitados também pelo município no curso que ofereceu 50 vagas, considere que são 50 trabalhadores capacitados, tendo em vista que o segundo curso não ofereceu capacitação a trabalhador que não havia sido capacitado.

_____|_____|_____|_____|_____|.

50. Indique a carga horária dos cursos de capacitação realizados pelos trabalhadores da Assistência Social do município: (admite múltipla marcação).

Devem ser considerados na indicação da carga horária os cursos de capacitação para os trabalhadores da gestão do SUAS, os trabalhadores dos serviços socioassistenciais, tais como trabalhadores dos CRAS, CREAS e demais unidades públicas da assistência social, promovidos pelas gestões municipal, estadual e MDS, ocorridos no ano de 2011.

Se cursos diferentes tem a mesma carga horária, considere a carga correspondente uma única vez. Se dois ou mais cursos tem cargas horárias diferentes, considere a carga horária de cada curso na marcação abaixo. Neste caso, deverá ser marcada mais de uma das opções.

Nos casos de capacitação à distância (EAD), os cursos também deverão ser marcados com a correspondência da carga horária de curso presencial.

Responda com o preenchimento das seguintes opções:

cursos/capacitações com duração de no máximo 9 horas

cursos/capacitações com duração entre 10 e 19 horas

cursos/capacitações com duração entre 20 e 40 horas

cursos/capacitações com duração entre 40 e 179 horas

cursos/capacitações com duração entre 180 a 359 horas

cursos/capacitações com duração de no mínimo 360 horas (cursos de Especialização lato sensu)

51. Indique as áreas temáticas dos cursos de capacitação realizados pelos trabalhadores da Assistência Social do município: (admite múltipla marcação).

De acordo com as opções abaixo identifique as áreas temáticas dos cursos realizados pelos trabalhadores da Assistência Social do município no ano de 2011.

Caso tenha ocorrido algum curso cujo tema não esteja integralmente expresso nas opções abaixo, a gestão municipal poderá: a) marcar a área temática que mais se aproxima do curso ocorrido, ou; b) marcar a opção “Outras” e identificar qual foi o tema no campo em aberto “Especifique”.

Deverão ser marcadas quantas opções forem necessários, bem como, especificados outros temas de acordo com as necessidades da gestão municipal para a representação dos temas dos cursos oferecidos aos trabalhadores do SUAS no município.

Responda com o preenchimento das seguintes opções:

- Metodologias do trabalho social com famílias
- Metodologias para desenvolvimento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- Atendimento a situações de violência e violação de direitos
- Atendimento à População em situação de Rua
- Atendimento a Pessoas com Deficiência
- Medidas Socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei
- Acolhimento (abrigo) de Crianças e Adolescentes
- Acolhimento (abrigo) de Idosos
- Acolhimento (abrigo) de pessoas em situação de rua
- Estrutura, normas e funcionamento do SUAS
- Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS
- Cadastro Único de Programas Sociais – CadÚnico
- Bolsa Família
- Sistemas de Informação do SUAS
- Vigilância Socioassistencial
- Monitoramento e Avaliação
- Gestão do Território
- Álcool e Drogas
- Outras. Especifique: _____

BLOCO 6 – GESTÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

52. Quais serviços de proteção social básica são ofertados pelo município? (admite múltiplas respostas, exceto se marcar “não realiza”)

Indique quais serviços, programas e projetos de proteção social básica o município oferta conforme a descrição abaixo, elaborada com base na Resolução CNAS N.º 109 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Posteriormente, indique a unidade em que o serviço, programa ou projeto é desenvolvido. A Tipificação pode ser obtida apertando na tecla “ctrl” e ao mesmo tempo clicando na palavra [link](#).

Observando, quanto aos serviços, programas e projetos, que:

- Serviço de proteção e atendimento integral à família - PAIF**

O PAIF é um serviço socioassistencial de prestação continuada que deve ser ofertado obrigatoriamente em todo CRAS, independentemente da fonte de financiamento. Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

|_| Serviço de convivência para crianças de 0 a 6 anos

É a oferta de ações continuadas de caráter complementar à proteção às famílias, devendo prever atividades conjuntas com crianças e familiares, de forma a fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de risco social. Contribui no cuidado das crianças pequenas e crianças com deficiência trabalhando suas potencialidades e prevenindo situações de risco como negligência, abandono, violência doméstica e trabalho infantil, sendo um serviço complementar e diretamente articulado ao PAIF.

|_| Serviço de convivência para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos

É a oferta de atividades continuadas com foco na constituição de espaço de convivência, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para re-significar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social. As unidades de prestação deste serviço são: o CRAS ou Centros da criança, adolescente, juventude e idosos, referenciados ao CRAS

|_| Serviço de convivência para adolescentes e jovens de 15 a 17

É a oferta de atividades de convivência complementar a proteção social básica à família, que tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio de atividades que estimulam a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. O público-alvo constitui-se, em sua maioria, de jovens cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família, estendendo-se também aos jovens em situação de risco pessoal e social, encaminhados pelos serviços de Proteção Social Especial do Suas ou pelos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os jovens são organizados em grupos, denominados coletivos, acompanhados por um orientador social e supervisionado por um profissional de nível superior do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), também encarregado de atender as famílias dos jovens, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. As unidades de prestação deste serviço são: o CRAS ou Centros da criança, adolescente, juventude e idosos, referenciados ao CRAS.

|_| Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos

É a oferta de atividades continuadas com foco no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem realizar atividades conjuntas entre idosos, suas famílias e profissionais com foco na troca de informações sobre questões relativas ao envelhecimento e com ações que valorizem as experiências dos idosos e familiares estimulando e potencializando a condição de escolher e decidir, bem como a participação social destes usuários. As unidades de prestação deste serviço são: o CRAS ou Centros da criança, adolescente, juventude e idosos, referenciados ao CRAS

|_| Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos

É a oferta de atendimento as pessoas com deficiência ou idosos objetivando prevenir agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais desses usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento. O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço. A unidade de prestação deste serviço é o Domicílio do Usuário.

|_| Programas ou projetos de capacitação e inclusão produtiva

É a oferta de atividades que visam fundamentalmente à inserção e a progressão no mundo do trabalho, de modo a enfrentar as situações de pobreza. Mobilizam capacidades sociais e produtivas das comunidades, por meio de serviços e projetos integrados de educação sócio-profissional, cidadã e ético-política e investimentos em capital, para possibilitar o acesso aos meios de produção e a assistência técnica. Fortalecem ou promovem formas de organização e iniciativas de produção no território, garantindo novos meios e capacidades coletivas de produção e gestão.

Programas ou projetos de inclusão digital

É a oferta de atividades ligadas ao uso de computadores e da internet, cursos de informática, entre outros, para as famílias e indivíduos, com o objetivo de ampliar a cidadania, combater a pobreza, inserir a população na sociedade da informação e fortalecer o desenvolvimento local, por meio do uso da tecnologia da informação.

Serviço da Proteção Social Básica	Em que unidade o serviço é ofertado?				Não realiza
	Na própria sede do órgão gestor	No CRAS	Em Outra Unidade Pública	Em Entidade Conveniada	
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF		<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>
Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de 0 a 6 anos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescente de 6 a 15 anos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programas ou projetos de capacitação e inclusão produtiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programas ou projetos de inclusão digital	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

53. Quais serviços de Proteção Social Especial de média complexidade são ofertados pelo município? (admite múltiplas respostas, exceto se marcar “não realiza”)

Indique quais serviços de proteção social especial de média complexidade o município oferta conforme a descrição abaixo, elaborada com base na Resolução CNAS N.º 109 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Posteriormente, indique a unidade em que o serviço é desenvolvido.

Observando, quanto aos serviços, que:

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI/CREAS)

O PAEFI é um serviço socioassistencial de prestação continuada que deve ser ofertado obrigatoriamente em todo CREAS. O PAEFI oferta apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas à promoção de direitos, à preservação e ao fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e o fortalecimento da função de proteção das famílias diante do conjunto de condições que causam fragilidades ou as submetem a situações de risco pessoal e social. Nessa direção, o PAEFI oferece atendimento a indivíduos e famílias em diversas situações de violação de direitos, como violência (física, psicológica e negligência, abuso e/ou exploração sexual), afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua; mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia e outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações ou submissões.

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Ofertado nos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua este serviço dedica-se a atender pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem como finalidade assegurar o atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de relações sociais e habilidades pessoais, com o intuito de fortalecer vínculos interpessoais ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. O atendimento volta-se à análise das fragilidades dos usuários, acompanhamento individual e grupal e encaminhamentos a rede socioassistencial e das demais políticas públicas, tendo em vista a inclusão em uma rede de proteção social. Essa atenção ofertada deve contribuir para ações de reinserção familiar ou comunitária e construção de novos projetos de vida de pessoas em situação de rua, pautada na postura de respeito às escolhas individuais de cada sujeito.

Serviço Especializado para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

O serviço tem a finalidade de potencializar a autonomia, a independência e a inclusão social da pessoa com deficiência e pessoa idosa, com vistas à melhoria de sua qualidade de vida. Para tanto, deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação dos serviços especializados a pessoas em situação de dependência que necessitem de cuidados permanentes ou temporários. A ação da equipe deverá estar pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, apoiando estes no exercício da função. É possível realizar o atendimento no domicílio do usuário, ofertando atendimento especializado a famílias das pessoas com deficiência e dos idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos. O serviço pode ser ofertado em centros-dia, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) ou unidade a ele referenciada e as ações devem possibilitar ainda a ampliação das redes sociais de apoio e o acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços socioassistenciais, políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direitos, quando for o caso.

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

Ofertado obrigatoriamente no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas), o Serviço de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida atende adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pelo juiz da Infância e da Juventude. O serviço tem como objetivo a oferta de atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Esse Serviço deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. É importante ressaltar que os direitos e obrigações dos jovens devem ser assegurados de acordo com as legislações específicas para o cumprimento da medida.

Serviço Especializado em Abordagem Social

É um serviço ofertado de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Nessa direção, o serviço oferta atendimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência. O Serviço busca a resolução de necessidades imediatas e promover o acesso do indivíduo ou família à rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, na perspectiva da garantia dos direitos. Pode ser ofertado tanto no Creas como em unidade específica a ele referenciada. Unidade que presta este serviço: CREAS ou Unidade Específica referenciada ao CREAS.

Serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade	Em que unidade o serviço é ofertado?				Não realiza
	Na própria sede do órgão gestor	No CREAS	Em Outra Unidade Pública	Em Entidade Conveniada	
Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos – PAEFI/CREAS		<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>
Serviço especializado para pessoas em situação de rua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviço de proteção especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviço especializado em abordagem social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

54. Que serviços de Proteção Social Especial de alta complexidade são ofertados pelo município? (admite múltiplas respostas, exceto se marcar “não realiza”)

Indique quais modalidades de serviços de proteção social especial de alta complexidade o município oferta conforme a descrição abaixo, elaborada com base na Resolução CNAS N.º 109 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Posteriormente, indique em que tipo de unidade o serviço é desenvolvido.

Observando, quanto aos serviços, que:

Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes

É a oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados as crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado deve ser personalizado e

em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário. Deve funcionar em unidades inseridas na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

É a oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a idosos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário. Deve funcionar em unidades inseridas na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas em situação de rua

É a oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a pessoas em situação de rua com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.

Serviço de Acolhimento Institucional para jovens e adultos com deficiência

É a oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a jovens e adultos com deficiência, maiores de 18 anos, em situação de violência com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário. Deve funcionar em unidades inseridas na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres vítimas de violência

É a oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a mulheres em situação de violência com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário. Deve funcionar em unidades inseridas na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Serviço de Acolhimento em Repúblicas para Jovens (maiores de 18 anos)

O Serviço trabalha através da oferta de proteção, apoio e moradia a grupos de pessoas maiores de 18 anos em situação de abandono, vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustento. O atendimento apoia a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e a participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. O serviço deve ser desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores. Sempre que possível, a definição dos moradores da república ocorrerá de forma participativa entre estes e a equipe técnica, de modo que, na composição dos grupos, sejam respeitados afinidades e vínculos previamente construídos.

Serviço de Acolhimento Institucional para adultos em processo de saída das ruas

É a oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados aos adultos em processo de saída das ruas com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário. Devem funcionar em unidades inseridas na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Serviço de Acolhimento em Repúblicas para Idosos

O Serviço trabalha através da oferta de proteção, apoio e moradia a grupos de idosos em situação de abandono, vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustento. O atendimento apoia a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e a participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. O serviço deve ser desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores. Sempre que possível, a definição dos moradores da república ocorrerá de forma participativa entre estes e a equipe técnica, de modo que, na composição dos grupos, sejam respeitados afinidades e vínculos previamente construídos.

Serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Existe unidade pública ou entidade conveniada que ofereça o serviço no município?	Caso possua o Serviço para o respectivo público, indique:			
		Quantidade de Unidades Públicas	Quantidade de vagas em Unidades Públicas	Quantidade Unidades Conveniadas	Quantidade de vagas em Unidades Conveniadas
Unidades de Acolhimento Institucional (Abrigos):					
. Para crianças e adolescentes	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	_____	_____	_____	_____
. Para idosos	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	_____	_____	_____	_____
. Para pessoas em situação de rua	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	_____	_____	_____	_____
. Para pessoas com deficiência	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	_____	_____	_____	_____
. Para mulheres vítimas de violência	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	_____	_____	_____	_____
Unidades de Acolhimento em República:					
. Para jovens (maiores de 18 anos)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	_____	_____	_____	_____
. Para adultos em processo de saída das ruas	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	_____	_____	_____	_____
. Para idosos	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	_____	_____	_____	_____

55. O Órgão Gestor da Assistência Social instituiu Central de Vagas para o Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, destinada a monitorar as vagas de acolhimento, indicando o serviço que melhor atenda às necessidades específicas de cada caso encaminhado?

Centrais de Vagas são criadas com vistas a monitorar de forma centralizada as vagas de acolhimento existentes no município de forma a indicar e encaminhar, quando necessário, o usuário ao serviço que melhor atenda às necessidades específicas de cada caso. Visam, ainda, facilitar a integração com os Conselhos Tutelares indicando a eles o número de vagas existentes e a instituição de acolhimento de criança e adolescente que as dispõe. Responda a opção que corresponda à realidade do município.

Sim Não

56. O município possui Programa/Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Criança e Adolescente?

Serviço que organiza o amparo de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras. O acompanhamento da equipe deve abranger a criança e/ou adolescente acolhido e também sua família de origem, com vistas à reintegração familiar.

Sim Não (pule para a questão 64).

57. Caso sim, o Programa/Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é regulamentado por lei municipal?

Indique esta opção se o Programa/Serviço Família Acolhedora é regulamentado por meio de Lei Municipal. Tal regulamento, via-de-regra organiza o acolhimento, estabelecendo, entre outras coisas, o perfil das famílias, os pré-requisitos para a seleção ou o tempo máximo de permanência da criança.

Sim Não

58. Em que ano o Programa/Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora foi implantado no município?

Considere o ano em que a atividade de acolhimento de crianças e adolescentes em outras famílias de maneira provisória passou a ser ofertada em conformidade com as diretrizes e orientações do [Estatuto da Criança e do Adolescente](#) e do documento "[Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes](#)".

|_|_|_|_|

59. Existe repasse de subsídio financeiro para as famílias acolhedoras?

O serviço de Acolhimento em Família em Família Acolhedora organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem. Informe abaixo se o Órgão Gestor realiza repasse de subsídio financeiro para as famílias acolhedoras.

Sim Não (pule para a questão 61)

60. Caso sim, qual o valor:

R\$ _____

Dever ser informado o valor repassado por criança ou adolescentes para cada família participante do Programa "Família Colhedora" no município.

Caso sejam repassados valores diferentes por criança para cada famílias informe o valor médio.

61. Atualmente, quantas famílias aptas a receber as crianças/adolescentes com medidas protetivas estão cadastradas pelo Programa/Serviço?

Informe a quantidade de famílias cadastradas no Programa/Serviço aptas a ser Família Acolhedora no município. Considere nessa resposta àquelas famílias que já estão acolhendo criança/adolescentes, acrescidas daquelas que estão aptas a acolherem. O formato da resposta deve ser numérico sem ponto (9999). Se não existir famílias aptas a receber crianças/adolescentes, marque zero na opção (0).

|_|_|_|_|

62. Atualmente, quantas crianças/adolescentes estão sendo acolhidas por meio do Programa/Serviço da Família Acolhedora no Município?

Informe a quantidade de crianças/adolescentes que estão sendo acolhidas pelo Programa/Serviço no município no momento em que está sendo respondido o questionário. Se não existir crianças/adolescentes sendo acolhidas, marque zero na opção (0).

|_|_|_|_|

63. O Serviço/Programa possui equipe técnica formada por assistentes sociais e psicólogos para realizar atividades relacionadas ao cadastramento, preparação e acompanhamento das Famílias Acolhedoras?

Admite-se apenas uma opção abaixo:

- Sim, possui equipe com Assistente Social e Psicólogo.
 Sim, possui equipe apenas com Assistente Social.
 Sim, possui equipe apenas com Psicólogo.
 Não possui equipe técnica vinculada ao Programa/Serviço

64. A Assistência Social do município tem articulação com o Órgão Municipal de Defesa Civil?

As atividades da Defesa Civil, pela sua característica de ação emergencial, muitas vezes requerem uma articulação nas ações operacionais com os serviços da Assistência Social. Marque abaixo a opção que melhor corresponde à realidade do município:

Sim.

Não.

Não há Órgão de Defesa Civil no município.

65. A Assistência Social do município tem programa/serviço de apoio e proteção a pessoas e famílias afetadas por situação de emergência ou de calamidade pública?

Programa/serviço de apoio e proteção assegura apoio e proteção à população atingida por situações de emergências e calamidades públicas, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Oferece atendimento a famílias e indivíduos atingidos por incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, etc. Atende famílias que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais e se encontram temporária ou definitivamente desabrigadas. Também são atendidos indivíduos de áreas consideradas de risco, em ações de prevenção ou por determinação do Poder Judiciário. Neste serviço, as famílias são encaminhadas aos abrigos através de notificação de órgãos da administração pública municipal, Defesa Civil, ou caso os profissionais da assistência social identifiquem a presença dessas pessoas nas ruas.

Sim

Não

66. Nos últimos 12 (doze) meses a Assistência Social do Município necessitou abrigar em alojamentos provisórios pessoas atingidas por situações de emergência ou de calamidade pública?

De acordo com os incisos III e IV do [Decreto 7.257, de 04 de Agosto de 2010](#), devem ser consideradas nesta questão as situações anormais provocadas por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial (situações de emergência) ou substancial (calamidade) da capacidade de resposta do poder público do ente atingido.

Sim

Não (pule para a questão 66)

67. Caso sim, indique a quantidade de pessoas desabrigadas que foram acolhidas em alojamentos provisórios nos últimos 12 (doze) meses:

Em conformidade com o [Glossário da Secretaria Nacional de Defesa Civil](#), considere pessoa desabrigada aquela cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo poder público.

Desabrigados

BLOCO 7 – GESTÃO DE BENEFÍCIOS

68. A Assistência social desenvolve ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)?

Segundo a LOAS, artigo 20, o benefício de prestação continuada (BPC) é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família. O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, é um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pago pelo Governo Federal, cuja a operacionalização do reconhecimento do direito é do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e assegurado por lei.

Sim

Marque esta opção caso o município realize pelo menos uma das ações a seguir: a) Encaminhar possíveis beneficiários ao INSS; b) Inserir os beneficiários nos serviços socioassistenciais; c) Orientar a população beneficiária sobre seus direitos e procedimentos para acesso; d) Realizar estudos sobre as condições de vulnerabilidade das famílias com idosos e deficientes; e) Acompanhar o processo de concessão do BPC; f) Realizar o cadastramento dos beneficiários do BPC no cadúnico; g) Distribuir aos CRAS e CREAS do município listas, territorializadas, das famílias com beneficiários do BPC; h) Articular com outros setores a inserção dos beneficiários nas diversas políticas sociais.

Não (pule para a questão 68)

Marque esta opção caso o município não realize nenhuma das ações listadas na alternativa anterior

69. Caso sim, especifique quais as ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) são desenvolvidas pela Assistência Social no município: (admite múltiplas respostas).

Segundo a LOAS, artigo 20, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família. O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, é um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pago pelo Governo Federal, cuja a operacionalização do reconhecimento do direito é do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e assegurado por lei.

QUEM TEM DIREITO AO BPC:

- **Pessoa Idosa - IDOSO:** deverá comprovar que possui 65 anos de idade ou mais, que não recebe nenhum benefício previdenciário, ou de outro regime de previdência e que a renda mensal familiar per capita seja inferior a ¼ do salário mínimo vigente.

- **Pessoa com Deficiência - PcD:** deverá comprovar que a renda mensal do grupo familiar per capita seja inferior a ¼ do salário mínimo, deverá também ser avaliado se a sua deficiência o incapacita para a vida independente e para o trabalho, e esta avaliação é realizada pelo Serviço Social e pela Perícia Médica do INSS.

Indique quais ações o órgão gestor da Assistência Social desenvolve em relação ao BPC.

Encaminhar possíveis beneficiários ao INSS.

Marque esta opção para os casos em haja no município serviços socioassistenciais que encaminhem e acompanhem possíveis beneficiários do BPC para as agências do INSS.

Inserir os beneficiários nos serviços socioassistenciais.

Marque esta opção para os casos em que os beneficiários do BPC são frequentemente identificados e a eles possibilitada a inserção nas ações desenvolvidas na rede socioassistencial pública e privada.

Orientar a população beneficiária sobre seus direitos e procedimentos para acesso.

Marque esta opção para os casos em que a Secretaria de Assistência do município desenvolva ações permanentes no âmbito dos serviços socioassistenciais que divulgue o BPC como direito do cidadão, conforme prevê a Lei 8.724 (LOAS), e oriente o público em potencial e a população beneficiária sobre os critérios e procedimentos para acesso ao BPC.

Realizar estudos sobre as condições de vulnerabilidade das famílias com idosos e deficientes.

Marque esta opção para os casos em que o órgão gestor da assistência social do município/DF realiza estudos e/ou pesquisas que buscam conhecer as situações de vulnerabilidade e risco social das famílias de pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Acompanhar o processo de concessão do BPC.

Marque esta opção se o órgão gestor da assistência social orienta permanentemente a coordenação e equipes dos serviços socioassistenciais a realizar o acompanhamento continuado dos usuários em processo de concessão do BPC.

Realizar o cadastramento dos beneficiários do BPC no cadúnico.

Marque esta opção se o órgão gestor da assistência social orienta permanentemente a coordenação e equipes dos serviços socioassistenciais a realizar o cadastramento dos beneficiários do BPC no CadÚnico.

Distribuir aos CRAS e CREAS do município listas, territorializadas, das famílias com beneficiários do BPC.

Marque esta opção se o órgão gestor da assistência social sistematiza e encaminha periodicamente aos serviços socioassistenciais listas territorializadas das famílias que possuem beneficiários do BPC.

Articular com outros setores a inserção dos beneficiários nas diversas políticas sociais.

Marque esta opção se há no âmbito da gestão dos serviços socioassistenciais articulação com as demais políticas sociais para atendimento dos beneficiários do BPC.

70. O órgão gestor municipal da Assistência Social concede benefícios eventuais? (resposta única).

Indique se há provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, conforme estabelece o Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta os benefícios eventuais no âmbito do SUAS.

Sim, centralizado na sede do órgão gestor.

Indique esta opção para o caso em que os benefícios eventuais sejam ofertados na sede do órgão gestor da assistência social.

Sim, descentralizado nas unidades da rede socioassistencial.

Indique esta opção para o caso em que os benefícios eventuais sejam ofertados em unidades que executam serviços socioassistenciais (rede pública e/ou privada).

Sim, na sede do órgão gestor e nas unidades da rede socioassistencial.

Indique esta opção para o caso em que os benefícios eventuais sejam ofertados na sede do órgão gestor da assistência social e, também, em unidades que executam serviços socioassistenciais.

Não. (pule para a questão 72).

Indique esta opção para os casos em que os benefícios eventuais não sejam ofertados no âmbito do órgão gestor da assistência social.

71. Caso sim, quais são os Benefícios Eventuais concedidos? (admite múltiplas respostas)

Benefícios Eventuais: são aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo.

Auxílio Funeral

O artigo 4º do Decreto [6.307/2007](#) estabelece que o auxílio por morte atende prioritariamente:

I - a despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II - a necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros; e

III - a ressarcimento, no caso da ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

Auxílio Natalidade

O artigo 3º do Decreto 6.307/2007 estabelece que o auxílio por natalidade atenderá, preferencialmente, aos seguintes aspectos:

I - necessidades do nascituro;

II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém nascido; e

III - apoio à família no caso de morte da mãe.

Benefício Eventual para situação de calamidade pública

Em parágrafo único do artigo 8º, o [Decreto 6.307/2007](#) estabelece que:

“Para os fins deste Decreto, entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.”

Outros benefícios eventuais para as famílias em situação de vulnerabilidade temporária

Indicar caso seja oferecido qualquer outro benefício para situação de vulnerabilidade temporária decorrente de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos: I - riscos: ameaça de sérios padecimentos; II - perdas: privação de bens e de segurança material; e III - danos: agravos sociais e ofensa

72. O município possui programa PRÓPRIO de transferência de renda (transferência de recursos municipais de forma constante a um público específico)?

Sim

Marque esta opção caso o município possua algum programa PRÓPRIO de transferência de renda, ou seja, que os recursos para o programa não sejam oriundos do Governo Federal.

Não (pule para a questão 76).

Marque esta opção caso o município não possua nenhum programa PRÓPRIO de transferência de renda.

73. O Programa próprio de transferência de renda do município está sob gestão do órgão gestor da assistência social?

Programa de Transferência de Renda: Visa o repasse direto de recursos dos fundos da Assistência Social aos beneficiários, como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos, que levem à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local. Marque esta opção caso o programa próprio de transferência de renda do município esteja sob a coordenação, execução, ou seja, sobre a gestão do órgão gestor da assistência social do município.

Sim

Não

74. Existe lei municipal que regulamente o programa de transferência de renda do município?

Marque a opção que corresponda à existência, ou não, de marco regulatório legal em vigor no município.

Sim

Não

75. Quantas famílias receberam o benefício do programa de transferência de renda do município no último mês em que ele foi concedido?

Indicar o número de **FAMÍLIAS** que receberam o benefício do programa **PRÓPRIO** de transferência de renda no mês anterior ao mês de preenchimento deste questionário. Caso não tenha essa informação, marque a alternativa "Não sabe". Se detiver o conhecimento da informação, a resposta a ser preenchida é em valor numérico sem pontuação, no formato "99999".

_____.

Não sabe.

BLOCO 8 – VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

76. Indique quais atividades relacionadas à Vigilância Socioassistencial são realizadas pelo Órgão Gestor: (admite múltiplas respostas)

A Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de assistência social, realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas: I - sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios; II - relativas ao tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

Podem ser atividades executadas pelas áreas de Vigilância Socioassistencial dos municípios:

I - elaborar e atualizar, em conjunto com as áreas de proteção social básica e especial, na elaboração dos diagnósticos circunscritos aos territórios de abrangência dos CRAS e CREAS;

II – colaborar com o planejamento das atividades pertinentes ao cadastramento e atualização cadastral do Cadastro Único em âmbito municipal;

III - fornecer sistematicamente às unidades da rede socioassistencial, especialmente aos CRAS e CREAS, informações e indicadores territorializados, extraídos do Cadastro Único, que possam auxiliar as ações de busca ativa e subsidiar as atividades de planejamento e avaliação dos próprios serviços;

IV - fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas das famílias em descumprimento de condicionais do Programa Bolsa Família com bloqueio ou suspensão do benefício, e monitorar a realização da busca ativa destas famílias pelas referidas unidades e o registro do acompanhamento que possibilita a interrupção dos efeitos do descumprimento sobre o benefício das famílias;"

V - fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas das famílias beneficiárias do BPC e dos benefícios eventuais, e monitorar a realização da busca ativa destas famílias pelas referidas unidades para inserção nos respectivos serviços;

VI - realizar a gestão do cadastro de unidades da rede socioassistencial privada no CadSUAS, quando não houver na estrutura do órgão gestor, área administrativa específica responsável pela relação com a rede socioassistencial privada;
VII - coordenar, em âmbito municipal ou do Distrito Federal, o processo de preenchimento dos questionários do Censo SUAS, zelando pela qualidade das informações coletadas;

Nesse caso o órgão gestor deve marcar quais itens abaixo atualmente são executados em seu município, admitindo múltiplas respostas;

- Produção de indicadores ou análises relativas à demanda por serviços e benefícios socioassistenciais
- Produção de indicadores ou análises relativas à oferta de serviços e benefícios socioassistenciais
- Produção de indicadores ou diagnósticos relativos à incidência de situações de violência e violação de direitos
- Definição de instrumentos e fluxos de Notificação Compulsória das situações de violência e violação de direitos atendidos
- Produção de indicadores ou análises de vulnerabilidades sociais a partir de dados do CADÚnico
- Produção de indicadores ou análises baseados em microdados (dados dos setores censitários ou das áreas de ponderação) do Censo 2010 – IBGE.
- Elaboração ou atualização de diagnóstico socioterritorial do município
- Elaboração ou atualização de diagnósticos socioterritoriais das áreas de abrangência dos CRAS
- Concepção de sistemas de informação
- Desenvolvimento de sistemas de informação
- Desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados para levantamento de informações junto aos serviços
- Monitoramento dos padrões de qualidade dos serviços prestados pela rede pública e/ou conveniada
- Coordenação, acompanhamento e apoio ao processo de preenchimento o Censo SUAS
- Gestão local e atualização do CadSUAS – Sistema de Cadastro Nacional do SUAS
- Gestão e análise das informações do sistema de Registro Mensal de Atendimentos dos CRAS e CREAS
- Fornecimento sistemático de informações territorializadas sobre as famílias do Cadastro Único para os CRAS e CREAS objetivando auxiliar as ações de busca ativa e subsidiar a atividades de planejamento da Unidade.
- Não desenvolve nenhuma das atividades acima.

77. A organização da oferta de serviços socioassistenciais é planejada com base em diagnósticos territorial das necessidades e demandas da população? (resposta única)

Os diagnósticos territoriais tem sua relevância por identificar em dado espaço geográfico as famílias e grupos sociais em situação de vulnerabilidade e/ou fragilização de direitos. Ao identificar quem são e as necessidades dessas famílias e grupos sociais e verificar o que pode ser atendido mediante os serviços socioassistenciais e os benefícios disponíveis, ou passíveis de serem disponíveis, os gestores no município acabam adotando uma sistemática de gestão orientada a demanda.

Nesse caso, a gestão municipal deve assinalar a resposta que melhor expressa ao enunciado da questão:

- Sim, para todos os serviços.
- Sim, para a maior parte dos serviços.
- Sim, para a menor parte dos serviços.
- Não.

78. O órgão gestor mantém registro centralizado dos casos de violação de direitos detectados/atendidos pela rede socioassistencial?

Na ocorrência do órgão gestor dispor de sistemática própria, informatizada ou não, de registro centralizado no município de casos de violação de direitos e/ou atendimento pela rede socioassistencial responder, informar positivamente abaixo. Caso não disponha, informe o não e pule para a questão 80.

Sim Não (pule para a questão 80)

79. Caso sim, indique quais situações de violência e violações de direitos tem registros centralizado?

Se o órgão gestor municipal respondeu positivamente a questão anterior, nesse caso identifique abaixo os tipos de violação de direitos que são registrados de forma centralizada. Podem ser marcadas múltiplas respostas.

Caso haja outras situações de violência além daquelas abaixo identificadas, marque "Outros" e especifique o tipo de violação na forma de texto. Nesse caso poderá ser identificada em texto tantos quanto corresponderem aos tipos de violação de direito que são registrados, além daquelas abaixo apresentadas.

- Violência contra mulher
- Violência contra idoso
- Negligência contra idoso
- Violência sexual contra criança e adolescente
- Violência física contra criança e adolescente
- Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto
- Outros. Especifique: _____.

80. O órgão gestor utiliza sistema de informação próprio para gerenciar a política de Assistência Social?

Apenas devem ser considerados sistemas desenvolvidos ou adquiridos pelo município como ferramenta de gestão pelo órgão gestor, envolvendo a coordenação da política e a gestão dos serviços socioassistenciais. (Não considerar sistemas do MDS)

Caso o município possua sistema(s) de informação(ões) próprio(s), com uso de aplicativos informatizados, deve informar todos os tipos de gerenciamento de informações que esse(s) sistema(s) permite(m).

Sim Não (pule para a questão 82)

81. Os sistemas utilizados permitem: (admite múltiplas respostas)

Registrar repasses de recursos para entidades.

O município possui sistema ou aplicativo informatizado, vinculado ao órgão de gestão orçamentária e financeira, com os registros periódicos dos repasses dos recursos para as entidades de assistência social do município, datas de repasse, valores, conta(s), entre outros dados.

Registrar prestação de contas das entidades.

O município possui sistema ou aplicativo informatizado, vinculado ao órgão de gestão orçamentária e financeira, onde conste de forma periódica o registro da prestação de contas das entidades em relação aos recursos recebidos.

Registrar execução física/atendimentos.

Consiste em sistema ou aplicativo informatizado, com registros sistemáticos e periódicos sobre a execução física/atendimento dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais prestados no município.

Registrar unidades da rede socioassistencial pública.

Consiste em sistema ou aplicativo informatizado, com o registro sistemático e permanente das unidades da rede socioassistencial pública e estatal, municipal ou estadual presente no município, com informações sobre os serviços que desenvolvem o volume de atendimento, a localização, coordenação, profissionais, infraestrutura disponível, entre outros dados.

Registrar unidades da rede socioassistencial privada.

Consiste em sistema ou aplicativo informatizado, com o registro sistemático e permanente das unidades da rede socioassistencial privada não-estatal, de entidades de assistência social presentes no município, com informações sobre os serviços que desenvolvem, sobre o volume de atendimento, localização, coordenação, trabalhadores, infraestrutura disponível, entre outros dados.

Elaborar e armazenar Prontuário Eletrônico dos usuários dos Serviços Socioassistenciais.

O município possui sistema ou aplicativo informatizado de alimentação de informações descentralizada, mas com base de dados centralizado em âmbito municipal, com registros sistemáticos e periódicos que identifiquem os usuários, tipo(s) de atendimento(s) e evolução do acompanhamento em cada CRAS e CREAS.

Outros:

Informar caso o(s) sistema(s) existentes permita(m) a gerência de outros tipos de dados.

BLOCO 9 – AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA

Inclusão produtiva inclui o estímulo ao desenvolvimento de atividades econômicas de pequenos negócios individuais ou coletivos (associativos ou cooperados) que permitam a emancipação econômica autossustentada pela geração de trabalho e renda, ou a inserção no mercado de trabalho formal. Inclui desde o apoio a elaboração de soluções empreendedoras micro empresariais, até a capacitação e qualificação profissional em atividades já existentes no local.

Atenção! Considere as ações realizadas diretamente pelo órgão gestor da assistência social ou por intermédio de qualquer unidade pública (CRAS, CREAS, etc.) ou privada da assistência social. Considerar também, as ações de inclusão produtiva realizadas por outros órgãos de âmbito municipal.

82. Existe algum tipo de estudo setorial e/ou diagnóstico socioeconômico do município (vocaçã, potencialidade, matéria prima, mercado e iniciativas existentes) que tenha sido realizado nos últimos 5 anos?

Gradativamente os municípios vêm assumindo maior protagonismo na articulação do processo de ocupação e planejamento do seu território, seja na identificação de áreas onde se concentram populações empobrecidas, cujas ocupações urbanas muitas vezes ocorreram de forma irregular, ou em áreas e/ou atividades econômicas de dinamismo variado que pelo seu impacto local o poder público procura estimular ou regulamentar. Para isso são elaborados os estudos e/ou diagnósticos. Por vezes os municípios realizam levantamentos próprios sobre seu potencial produtivo, vocação econômica, mercado de trabalho, etc.

Sim

Marque sim, caso o seu município tenha realizado algum estudo nesse sentido.

Não (pule para a questão 89)

Marque não caso o município não tenha realizado um levantamento semelhante nos últimos 5 anos.

Não sabe (pule para a questão 89)

Marque não sabe, caso não tenha conhecimento de levantamento feito pelo município.

83. Caso sim, qual o órgão municipal foi responsável pela elaboração do diagnóstico socioeconômico do município?

Caso tenha havido algum levantamento nesse sentido, marque uma ou mais alternativas que indiquem qual ou quais órgãos municipais foram os responsáveis pelo estudo.

Assistência Social.

Planejamento.

Fazenda.

Trabalho.

Outro órgão. Qual? _____.

84. Caso o município tenha realizado diagnóstico socioeconômico, as informações foram utilizadas para:
(admite múltiplas respostas)

O Pronatec é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego que foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. ([Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011](#))

Entende-se por estruturação de ações para a inclusão produtiva a intermediação de mão de obra; formalização de microempreendedor individual; incubadora; formação de grupos de economia solidária.

- Negociar com o Sistema S(Senai, Senac) e Instituto Federal a oferta de vagas do PRONATEC
- Direcionar a oferta de cursos de capacitação e formação profissional realizados pela prefeitura
- Formação de cooperativas
- Estruturação de ações para inclusão produtiva
- Ações para potencializar o desenvolvimento socioeconômico do município
- Nenhuma das opções acima

85. O governo municipal desenvolve ações, programas ou projetos de inclusão produtiva para geração de trabalho e renda?

Caso o município desenvolva ações relativas à inclusão produtiva para geração de trabalho e renda (cursos, capacitações, treinamentos), marque uma das alternativas “sim”, indicando se as atividades são realizadas exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social; se pela Secretaria de Assistência Social juntamente com outras secretarias municipais, ou se exclusivamente por outras secretarias municipais. Neste caso as ações são desenvolvidas diretamente pelo município.

Marque não, caso o município não desenvolva atividades de inclusão produtiva, ou caso não saiba a resposta.

- Sim, pela Secretaria de Assistência Social e por outras Secretarias Municipais
- Sim, exclusivamente por outras Secretarias Municipais.
- Sim, exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social. (pule para a questão 91).
- Não desenvolve. (pule para a questão 91).
- Não sabe. (pule para a questão 91).

86. O governo municipal desenvolve ações, programas ou projetos de formação, qualificação ou capacitação profissional?

Caso o município desenvolva ações relativas à formação, qualificação ou capacitação profissional da população em situação de pobreza, pobreza extrema ou, ainda, em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, comunidades tradicionais, etc. (ver públicos listados nas questões 95 e 96).

Marque “sim”, indicando se as atividades são realizadas exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social; se pela Secretaria de Assistência Social juntamente com outras secretarias municipais, ou se exclusivamente por outras secretarias municipais.

Marque não, caso o município não desenvolva ações, programas ou projetos relativos à formação, qualificação ou capacitação profissional para população em situação de pobreza, pobreza extrema, ou caso não saiba a resposta.

- Sim, pela Secretaria de Assistência Social e por outras Secretarias Municipais
- Sim, exclusivamente por outras Secretarias Municipais.
- Sim, exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social.
- Não desenvolve.
- Não sabe.

Utilize a tabela de códigos a seguir para preencher a questão 87.

Órgãos ou instituições parceiras das ações municipais
10. Governo Federal
11. Governo Estadual
12. IFES e CEFETS
13. Instituições de Ensino Superior (universidades, centros universitários, faculdades, etc.)
14. Fundação, autarquia ou empresa pública municipal
15. Parcerias Público-Privadas (PPP)
16. Organização Não-Governamental (ONG's) ou entidades sem fins lucrativos
17. Instituições financeiras (bancos públicos ou privados)
18. Cooperativas de crédito
19. Concessionárias de serviços públicos
20. Instituições relacionadas à pessoa com deficiência
21. Sindicato de trabalhadores ou patronal/entidades de classe
22. Instituição pública que presta assistência/assessoria técnica
23. Sistema S (SESI, SENAI, SEBRAE, SESC, etc.)
98. Outras instituições do setor público
99. Outras instituições do setor privado

87. Indique quais das ações abaixo são desenvolvidas pelo governo municipal:

Marque todas as ações que o governo municipal desenvolve, conforme listadas no quadro abaixo. Caso a atividade marcada tenha alguma ação específica de atendimento voltada para beneficiários do Programa Bolsa Família, marque no espaço indicado.

Indique quais as ações desenvolvidas pelo município	Indique abaixo, caso haja parceria do município com órgão ou instituição mais importante na ação específica
<input type="checkbox"/> Educação de Jovens e Adultos	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Educação Técnica e Tecnológica	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Qualificação profissional	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Intermediação de mão-de-obra	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Fomento ao empreendedorismo individual	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Fomento ao empreendedorismo coletivo	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Assistência Técnico-gerencial a empreendimentos individuais	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Assistência Técnico-gerencial a empreendimentos coletivos	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Incubação de empreendimentos	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Fomento à Economia Solidária	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Fomento ao Associativismo e ao Cooperativismo	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Microcrédito	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Fomento ao Extrativismo	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Fomento ao Artesanato	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Inclusão digital	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Mobilização e sensibilização de usuários para cursos de capacitação	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Acompanhamento dos cursos oferecidos pelo PRONATEC	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Encaminhamento de usuários para cursos de qualificação profissional	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Articulação da Prefeitura com o Sistema "S", Institutos Federais ou Outras Instituições para oferta de cursos de capacitação profissional.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Central de Autônomos	<input type="checkbox"/>

<input type="checkbox"/>	Apoio Jurídico às empresas	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Central de Comercialização	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Apoio a Redes e Cadeias Produtivas	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Fomento a pólo industrial	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das ações acima mencionadas	

88. O seu município faz parte de algum Consórcio Público com Personalidade Jurídica de Direito Público, para estabelecer relações de cooperação federativa?

Os consórcios públicos são parcerias formadas por dois ou mais entes da federação, para a realização de objetivos de interesse comum, em qualquer área. Os consórcios podem discutir formas de promover o desenvolvimento regional, gerir o tratamento de lixo, saneamento básico da região, saúde, abastecimento e alimentação ou ainda execução de projetos urbanos.

Um dos objetivos dos consórcios públicos é viabilizar a gestão pública nos espaços metropolitanos, em que a solução de problemas comuns só pode se dar por meio de políticas e ações conjuntas. O consórcio também permite que pequenos municípios ajam em parceria e, com o ganho de escala, melhorem a capacidade técnica, gerencial e financeira.

Consórcio público, com personalidade jurídica de direito público: pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da [Lei no 11.107, de 2005](#), para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica.

Indique se o município participa de algum Consórcio Público com Personalidade Jurídica de Direito Público, independentemente de ser da área de assistência social ou não. Se sim, indique qual.

Sim. Qual: _____.

Não faz parte de nenhum consórcio público com personalidade jurídica de **Direito Público**.

Faz parte de outro tipo de consórcio.

Não sabe.

Utilize a tabela de códigos a seguir para preencher as questões 89, 90 e 91.

Área temática do Curso	Público-alvo prioritário
10. Administração, Gestão e Empreendedorismo	10. Beneficiários do Seguro-desemprego
11. Agricultura	11. Trabalhadores domésticos
12. Agroextrativismo	12. Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família
13. Alimentação	13. Pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social
14. Arte, Cultura e Artesanato	14. Egressos do sistema penal
15. Comércio	15. Jovens submetidos a medidas socioeducativas
16. Comunicação	16. Jovens
17. Construção Civil	17. Trabalhadores(as) libertados(as) de regime de trabalho degradante
18. Design	18. Pessoas com deficiência
19. Educação	19. População em Situação de Rua
20. Esporte e Lazer	20. Catadores de Materiais Recicláveis
21. Hospitalidade e Turismo	21. Idosos
22. Indústria de Alimentos	99. Outros públicos
23. Indústria de Borracha	
24. Indústria de joias	
25. Indústria de móveis e madeiras	
26. Indústria de plásticos	
27. Indústria de vestuário e calçados	
28. Indústria extrativa mineral	
29. Indústria gráfica	
30. Indústria de metal mecânica	
31. Indústria de minerais não metálicos	
32. Indústria de papel e celulose	
33. Indústria química	
34. Indústria têxtil	
35. Informática e Web	
36. Manutenção de máquinas	
37. Manutenção elétrica	
38. Manutenção predial	
39. Manutenção hidráulica	
40. Manutenção de veículos terrestres e aquáticos	
41. Pesca	
42. Produção e pequena industrialização de alimentos de origem animal ou vegetal	
43. Reciclagem	
44. Saneamento	
45. Saúde	
46. Segurança	
47. Serviços de comunicação, rádio e TV	
48. Serviços de jardinagem e agricultura urbana	
49. Serviços domésticos	
50. Serviços gráficos	
51. Serviços pessoais	
52. Transporte	
99. Outra temática	
	Categorias dos Projetos
	Apoio à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários
	10. Atividade agrícola, pecuária e extrativa (comercialização)
	11. Atividade de agricultura urbana (comercialização)
	12. Atividade industrial (comercialização)
	13. Atividade comercial (comercialização)
	14. Atividade de serviços (comercialização)
	19. Outras atividades relacionadas à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários
	Apoio a empreendimentos através de incubadora
	20. Projetos até R\$ 50 mil reais
	21. Projetos de R\$ 51 mil a R\$ 100 mil
	22. Projetos de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil
	23. Projetos de R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão
	24. Projetos de mais de R\$ 1 milhão
	29. Outros empreendimentos de formação de empresas
	Apoio à gestão de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários
	30. Desenvolvimento de plano de negócio
	31. Apoio para elaboração de projeto para acesso a fundos públicos
	32. Apoio para elaboração de projeto para acesso a fundos privados
	39. Outros projetos de apoio à gestão de negócios, de cooperativas e empreendimentos solidários
	Apoio ao associativismo, cooperativismo e economia solidária
	40. Atividade agrícola, pecuária e extrativa (cooperativismo)
	41. Atividade de agricultura urbana (cooperativismo)
	42. Atividade industrial (cooperativismo)
	43. Atividade comercial (cooperativismo)
	44. Atividade de serviços (cooperativismo)
	49. Outras atividades de apoio ao associativismo, ao cooperativismo e a economia solidária
	Crédito e microcrédito
	50. Para compra de máquinas e outros equipamentos
	51. Para compra de insumos para a produção
	52. Para o empreendedor individual
	53. Para consumo
	59. Outras atividades relacionadas a crédito e microcrédito
	Inclusão digital
	60. Inclusão digital de 1º nível (acesso a computadores ligados à internet)
	61. Inclusão digital de 1º nível (satisfazer necessidades: como extrair da Web informações que necessitam)
	99. Outras categorias não contempladas

89. O município desenvolveu projetos de geração de trabalho e renda em 2012?

Sim Não (pule para a questão 90)

Liste os projetos de geração de trabalho e renda desenvolvidos pelo município em 2012, o código no qual o projeto está inserido na categoria, o número de pessoas envolvidas e o público alvo prioritário naquele projeto.

Nome do projeto	Categoria em que o projeto de geração de trabalho e renda está inserido	Número de pessoas envolvidas na gestão/ operação do projeto/programa	Público-alvo prioritário (informar no máximo 3)
1)			/ /
2)			/ /
3)			/ /
4)			/ /
5)			/ /
6)			/ /
7)			/ /
8)			/ /
9)			/ /
10)			/ /
11)			/ /
12)			/ /

90. O município ofereceu cursos de qualificação profissional em 2011?

Sim Não (pule para a questão 91)

Liste os cursos de qualificação profissional desenvolvidos pelo município em 2011, o código da temática no qual o curso está inserido, o número de vagas ofertadas e o público alvo prioritário.

Nome do Curso de qualificação profissional	Área temática do Curso	Número de Vagas	Público alvo prioritário (informar no máximo 3)
1)			
2)			
3)			
4)			
5)			
6)			
7)			
8)			
9)			
10)			
11)			
12)			

Nome do Curso de qualificação profissional: Indique o nome de todos os cursos de qualificação realizados pelo município ao longo do ano de 2011. Considere os cursos em andamento e aqueles já concluídos, desde que tenham se encerrado no ano de 2011.

Área temática do Curso: Consulte a lista de áreas na tabela abaixo e indique o código referente à área que mais se encaixa na descrição do curso de qualificação.

Número de Vagas: Indique a quantidade de vagas ofertadas em cada curso listado.

Público Alvo Prioritário: Consulte a lista com as categorias de público alvo na tabela abaixo e indique o código referente àquele que mais se encaixa na descrição do curso de qualificação.

Atenção! Caso o município não tenha ofertado nenhum curso de qualificação profissional no ano de 2011, deixe em branco os campos disponíveis para o nome, área, número de vagas e público alvo.

Área temática do Curso	Público-alvo prioritário
1. Administração	1. Beneficiários do Seguro-desemprego
2. Agroextrativismo	2. Trabalhadoras domésticas
3. Alimentação	3. Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família
4. Arte e Cultura	4. Pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social
5. Artesanato	5. Egressos do sistema penal
6. Atividades do Comércio e Serviços	6. Jovens submetidos a medidas socioeducativas
7. Construção e Reparos	7. Jovens, no geral.
8. Esporte e Lazer	8. Trabalhadores (as) libertados (as) de regime de trabalho degradante.
9. Gestão e Empreendedorismo	9. Pessoas com deficiência
10. Gestão pública e terceiro setor	10. População em Situação de Rua
11. Gráfica	11. Catadores de Materiais Recicláveis
12. Joalheria	12. Idosos
13. Madeira e Móveis	13. Outros públicos
14. Mecânica de veículos terrestres e aquáticos	
15. Mecânica e manutenção	
16. Metalmeccânica	
17. Pesca	
18. Agricultura	
19. Pecuária	
20. Produção e pequena industrialização de alimentos de origem animal e vegetal	
21. Química e plásticos	
22. Saúde	
23. Serviços domésticos	
24. Serviços pessoais	
25. Telemática	
26. Têxtil	
27. Transporte	
28. Turismo e hospitalidade	
29. Vários setores	
30. Vestuário	
31. Reciclagem (resíduos sólidos e óleos/gorduras residuais)	
99. Outros cursos.	

91. Com base na realidade do município, quais os 5 (cinco) cursos mais importantes de qualificação profissional deveriam ser oferecidos no município em 2013:

Com base na dinâmica econômica e do mercado de trabalho e dos projetos em andamento ou futuro no município informe os nomes dos cursos mais relevantes para 2013, a área temática no qual está inserido, o número de vagas estimado e o público-alvo que deveria ser priorizado.

Nome do Curso de Qualificação Profissional	Área Temática do Curso	Número Estimado de Vagas	Público-alvo prioritário (informar no máximo 3)
1)	_ _	_ _ _ _	_ _ / _ _ / _ _
2)	~ _ _	_ _ _ _	_ _ / _ _ / _ _
3)	~ _ _	_ _ _ _	_ _ / _ _ / _ _
4)	~ _ _	_ _ _ _	_ _ / _ _ / _ _
5)	~ _ _	_ _ _ _	_ _ / _ _ / _ _

92 O governo municipal tem algum programa/projeto específico para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular?

Sim, sob a coordenação da Assistência Social.

Indique esta opção se o programa para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular é coordenado pelo órgão gestor da Assistência Social.

Sim, sob a coordenação da Educação.

Indique esta opção se o programa para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular é coordenado pelo órgão gestor da Educação.

Sim, sob a coordenação de outro órgão municipal.

Indique esta opção se o programa para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular é coordenado por outro órgão da administração pública municipal.

Não possui.

Indique esta opção se o município não possui programa para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular.

Não sabe.

Indique esta opção se o gestor da assistência social não sabe se existe programa para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular.

93 O governo municipal tem algum programa/projeto específico para inclusão social de pessoas com deficiência no mercado de trabalho?

Sim, sob a coordenação da Assistência Social.

Indique esta opção se o programa para inclusão social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é coordenado pelo órgão gestor da Assistência Social.

Sim, sob a coordenação de outro órgão municipal.

Indique esta opção se o programa para inclusão social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é coordenado por órgão da administração pública municipal;

Não possui.

Indique esta opção se o município não possui programa para inclusão social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Não sabe.

Indique esta opção se o gestor da assistência social não sabe se existe programa para inclusão social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

BLOCO 10 – RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES DECLARADAS

É preciso informar o nome legível do agente responsável pelas informações declaradas no formulário, seu CPF, telefone, e-mail, cargo ou função. Caso não seja o (a) Secretário (a) Municipal de Assistência Social a preencher o questionário, a pessoa que o preencher deverá ser por ele designada. Por fim, é imprescindível que o responsável pelo preenchimento a data do preenchimento do formulário.

Identificação do agente responsável, no órgão gestor da Assistência Social, pelas informações declaradas neste formulário:

Nome Legível: _____

CPF: _____ Data: ___ / ___ / _____

Cargo/Função: _____

Telefone: (____) _____

Email: _____

Este formulário original, após a digitação dos dados, deve permanecer arquivado na Secretaria Municipal de Assistência Social (ou congênere)